



ACADEMIA MILITAR

O Papel da GNR no combate ao Tráfico de Seres Humanos em território nacional

Autor: Aspirante GNR Infantaria Ismael de Jesus Salvador

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira V. Baleizão

Coorientadora: Mestre Maria João Ferreira Duarte da Guia

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto 2013



ACADEMIA MILITAR

O Papel da GNR no combate ao Tráfico de Seres Humanos em território nacional

Autor: Aspirante GNR Infantaria Ismael de Jesus Salvador

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira V. Baleizão

Coorientadora: Mestre Maria João Ferreira Duarte da Guia

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto 2013

Dedicatória

À minha família e amigos, em especial aos meus pais por todo o apoio
ao longo desta caminhada.

Agradecimentos

A realização deste trabalho, embora sendo individual, não é algo que se possa realizar sem a colaboração de elementos que possuam um vasto conhecimento e experiência nesta área. Assim, pela disponibilidade e auxílio prestados quero aqui expressar a minha gratidão a todos os que participaram neste trabalho.

Ao Sr. Coronel Rui Baleizão, como Orientador, pela disponibilidade, preocupação e apoio prestado na delineação e orientação ao longo de todo o trabalho, quero expressar o meu maior, mais especial e sentido agradecimento.

À Sr.^a Mestre Maria João Guia, como Coorientadora, pela preocupação, dedicação, entusiasmo e interesse que foram constantes ao longo deste trabalho, quero expressar o meu sincero e profundo agradecimento.

A todos os meus entrevistados, pela disponibilidade e pela partilha de conhecimentos.

Aos meus pais, à minha irmã e à Rita pelo constante e incondicional apoio.

Aos meus camaradas do XVIII curso, pela ajuda e camaradagem demonstradas ao longo de todo o curso.

Resumo

O presente trabalho, subordinado ao tema “O papel da GNR no combate ao Tráfico de Seres Humanos em território nacional”, é o resultado de uma investigação que procura identificar e analisar o papel que a GNR desempenha no combate ao Tráfico de Seres Humanos.

Este crime atingiu nos últimos anos dimensões alarmantes, especialmente pela grave violação dos direitos fundamentais que constitui. Em Portugal, a consciencialização e o despertar para o fenómeno são relativamente recentes e isso é visível pelas alterações que o ordenamento jurídico português tem sofrido nos últimos anos.

O Tráfico de Seres Humanos é um crime que assume contornos próprios e específicos e carece por isso de uma cooperação e coordenação devidamente apuradas no seu combate entre as diversas forças e serviços de segurança, nacionais e internacionais. É aqui que a GNR, como força de segurança que é, pode dar o seu contributo.

No decorrer deste trabalho foram levantadas hipóteses e criadas perguntas de investigação com o objetivo de responder à pergunta de partida: “Está a GNR devidamente estruturada e dotada dos recursos humanos e materiais para exercer cabalmente as competências que lhe estão conferidas por lei, no combate ao Tráfico de Seres Humanos?”.

A metodologia de investigação centrou-se no método dedutivo, concretizado através de pesquisa bibliográfica e respetiva análise documental e no método inquisitivo consubstanciado através da realização de entrevistas.

Este trabalho permitiu concluir que a GNR assume um papel de extrema relevância no combate ao tráfico de seres humanos, especialmente na sinalização de potenciais vítimas e no primeiro contacto com possíveis situações de tráfico.

Palavras-chave: Tráfico de Seres Humanos; GNR; Portugal; Cooperação; Coordenação.

Abstract

The current work, subordinated to the theme “The role of GNR in the combat against Traffic in Human Beings in national territory”, is the result of an investigation that seeks to identify and analyze the role that GNR plays in Traffic in Human Beings combat.

This crime reached alarming proportions in the past few years, especially because of the serious violation of the fundamental rights it represents. In Portugal, the awareness and the rise for the phenomena is relatively recent which is viewable through the modifications that the national jurisdiction has been suffered in the past few years.

The Traffic in Human Beings is a crime that assumes specific contours and needs a cooperation and coordination properly ascertained in his combat at a national and international level. The GNR as a security force, can give its contribute for this coordination in Portugal.

In this work were created hypotheses and investigation questions which aim to answer the central question: “Is GNR properly structured and gifted of human and material resources to fully exercise the competences conferred by law, in the combat against Traffic in Human Beings?”.

The methodology of investigation focused on the deductive method concretized through a bibliographic research, document analysis, and on the inquisitive method by performing interviews.

This work concludes that GNR takes an extreme and important role in the Combat against Traffic in Human Beings, especially in the identification of potential victims and in the first contact with possible traffic situations.

Keywords: Traffic in Human Beings; GNR; Portugal; Cooperation; Coordination.

Índice geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	x
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xii
Capítulo 1 – Apresentação do Trabalho	1
1.1. Introdução	1
1.2. Enquadramento e contextualização da investigação	1
1.3. Importância da investigação e justificação da escolha do tema.....	2
1.4. Definição dos objetivos	2
1.5. Perguntas de investigação.....	3
1.6. Hipóteses	3
1.7. Metodologia	4
1.8. Estrutura do trabalho	4
Capítulo 2 – Revisão da literatura	6
2.1. Legislação e Enquadramento do TSH a nível Internacional e Nacional	8
2.1.1 Organização das Nações Unidas.....	8
2.1.2 Tribunal Penal Internacional	9
2.1.3 Conselho da Europa	10
2.1.4 União Europeia	11
2.1.5 Nacional	11

2.2. Diferenças entre o TSH e os crimes de auxílio à imigração ilegal, lenocínio e os diferentes fins do TSH	14
2.2.1. Distinção entre os crimes de TSH e de auxílio à imigração ilegal	15
2.2.2. Distinção entre os crimes de TSH e lenocínio.....	17
2.2.3. Diferentes fins do TSH.....	17
2.3. Resenha do crime de TSH	18
2.3.1. No mundo	18
2.3.2. Em Portugal.....	19
2.4. A GNR e o TSH.....	20
2.4.1. Enquadramento, Competências, Especificidades	20
2.4.2. Competências ao nível do TSH	21
2.4.3. Capacidades e valências funcionais/importância na sinalização de casos de TSH	22
2.4.4. Cooperação e Coordenação	22
Capítulo 3 – Metodologia e procedimentos.....	25
3.1. Método de abordagem	25
3.2. Procedimentos e técnicas utilizadas	25
3.3. Caracterização da Amostra	26
3.4. Meios Utilizados	27
Capítulo 4 - Apresentação, análise e discussão dos resultados	28
4.1. Apresentação e análise dos resultados.....	28
4.1.1. Apresentação e análise da questão n.º 1	29
4.1.2. Apresentação e análise da questão n.º 2.....	31
4.1.3. Apresentação e análise da questão n.º 3.....	34
4.1.4. Apresentação e análise da questão n.º 4.....	36
4.1.5. Apresentação e análise da questão n.º 5.....	37
4.1.6. Apresentação e análise da questão n.º 6.....	39
4.1.7. Apresentação e análise da questão n.º 7.....	41

4.1.8. Apresentação e análise da questão n.º 8.....	43
4.1.9. Apresentação e análise da questão n.º 9.....	45
4.1.10. Apresentação e análise da questão n.º 10.....	46
4.1.13. Apresentação e análise da questão n.º 11	48
Capítulo 5 - Conclusões e Recomendações	50
5.1 Verificação de Hipóteses	50
5.2 Conclusões.....	51
5.3 Recomendações / Propostas.....	53
Bibliografia	55
Apêndices	61
Apêndice A - Guião das entrevistas	62
Anexos	65
Anexo A - Definição de TSH	66

Índice de Figuras

Figura 1 - Definição de TSH.....	66
----------------------------------	----

Índice de Quadros

Quadro 1 – Sinalizações de vítimas entre 2009-2012	20
Quadro 2 – Caracterização da Amostra	26
Quadro 3 – Análise de resultados obtidos na Questão n.º 1	29
Quadro 4 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 2	31
Quadro 5 – Análise de resultados obtidos na Questão n.º 3	34
Quadro 6 – Análise de resultados obtidos na Questão n.º 4	36
Quadro 7 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 5	37
Quadro 8 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 6	39
Quadro 9 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 7	41
Quadro 10 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 8	43
Quadro 11 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 9	45
Quadro 12 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 10	46
Quadro 13 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 11	48

Lista de Apêndices e de Anexos

Apêndice A – Guião de Entrevista

Anexo A – Definição de TSH

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AJ	Autoridade Judiciária
AM	Academia Militar
Art.º	Artigo
CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo Schengen
CCPA	Centro de Coordenação Policial e Aduaneira
CP	Código Penal
CPP	Código Processual Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EUROSTAT	<i>Europe Statistics</i>
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
FS	Força de Segurança
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
GNR	Guarda Nacional Republicana
GUR	Guião Único de Registo
GRETA	Group of Experts on Action against trafficking in Human Beings
H(x)	Hipótese número (x)
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
NEP	Norma de Execução Permanente
nº	número
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal
OTSH	Observatório do Tráfico de Seres Humanos
p.	página

PD	Pergunta Derivada
PIIC	Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal
PP	Pergunta de Partida
PJ	Polícia Judiciária
PNCTSH	Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGSSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SICOP	Sistema de Coordenação Operacional
SIRENE	<i>Supplementary Information Requested at the National Entry</i>
SIS	Sistema de Informação Schengen
SN	Segurança Nacional
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TN	Território Nacional
TSH	Tráfico de Seres Humanos
UE	União Europeia
UNDESA	<i>United Nations Department of Economics and Social Affairs</i>
UNDOC	<i>United Nations Office of Drugs and Crime</i>

Capítulo 1

Apresentação do Trabalho

1.1. Introdução

No âmbito do curso de formação de oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) na Academia Militar (AM) e de acordo com a sua estrutura curricular, cabe aos alunos tirocinantes a elaboração de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Este trabalho, elaborado na reta final da formação dos futuros oficiais da GNR, representa o culminar do Mestrado em Ciências Militares na especialidade “Segurança”, tendo como objetivo a aplicação das competências adquiridas. Pretende assim fomentar a iniciativa, a criatividade, a autonomia bem como o hábito de investigação e de reflexão individual.

O tema é atual, de interesse geral e relevante para um futuro oficial que tem obrigatoriamente de conhecer a realidade do seu país, face às missões que lhe serão atribuídas, nomeadamente de ordem pública e de investigação criminal.

Este capítulo tem início com o enquadramento e contextualização da investigação. Posteriormente será referida a importância desta investigação bem como a justificação da escolha do tema. Serão também delimitados os objetivos, enumeradas as perguntas de investigação e descritas as hipóteses. Por último, é feita uma apresentação da metodologia aplicada e da estrutura do trabalho.

1.2. Enquadramento e contextualização da investigação

O tema do trabalho “O papel da GNR no combate ao Tráfico de Seres Humanos em Território Nacional” surge pela relevância que o Tráfico de Seres Humanos (TSH) tem assumido quer a nível internacional quer a nível nacional. Este fenómeno atingiu proporções alarmantes não só por si mas também pelos elevados lucros que gera paralelamente a outros crimes como o tráfico de armas e o tráfico de droga (UNODC,

2011). É um crime de cariz transnacional que carece de cooperação e coordenação policial, internacional e nacional, apurada e sofisticada.

1.3. Importância da investigação e justificação da escolha do tema

Sendo o TSH um fenómeno de grandes repercussões, nomeadamente ao nível da violação dos direitos fundamentais do ser humano, torna-se premente o combate ao mesmo. Daí que seja importante que a GNR, como força de segurança (FS), tenha uma organização e funcionamento que possa servir de apoio ao combate a este crime e que sejam estabelecidos canais de cooperação e coordenação entre os diversos órgãos de polícia criminal (OPC's).

A escolha do tema teve como finalidade otimizar o papel funcional da GNR dentro das suas competências legais, bem como estudar e propor mecanismos eficazes e eficientes de troca de informação com outros OPC's, para o combate ao crime em questão.

Sendo a GNR uma FS com elevados padrões de qualidade para as funções que lhe são atribuídas, pretendo com este tema contribuir com propostas para a otimização desta no combate ao TSH.

1.4. Definição dos objetivos

O objetivo geral desta investigação é a análise da problemática e consequente proposta de uma otimização da atuação da GNR, no âmbito das competências que lhe estão conferidas, no combate ao TSH em Território Nacional (TN). Para tal, é necessário estabelecer um conjunto de objetivos específicos decorrentes da reflexão a partir do objetivo geral já referido:

- Identificar o enquadramento legal que legitima a atuação da GNR, como FS, no combate ao TSH.
- Avaliar as dimensões que o TSH assume em Portugal.
- Identificar os crimes que estão associados ao TSH.
- Identificar a eficácia/eficiência dos meios/recursos de que a GNR dispõe, para o combate ao TSH.

- Avaliar o grau/nível de cooperação e coordenação entre a GNR e as demais Forças e Serviços de Segurança (FFSS).
- Identificar quais os mecanismos de “troca de informação” existentes entre a GNR e as demais FFSS.

1.5. Perguntas de investigação

Tendo por base os objetivos previamente definidos, toda a investigação foi direcionada no sentido de responder à pergunta de partida (PP): “Está a GNR devidamente estruturada e dotada dos recursos humanos e materiais para exercer cabalmente as competências que lhe estão conferidas por lei, no combate ao TSH?”.

Para obter resposta à PP, é necessário responder a um conjunto de perguntas derivadas (PD's):

PD1: Qual o enquadramento legal que legitima a GNR como FS, vocacionada para o combate ao TSH?

PD2: Que dimensões assume o TSH em Portugal?

PD3: Que crimes estão associados ao TSH?

PD4: Os recursos humanos e materiais afetos à GNR estão adequados para o combate ao TSH em TN?

PD5: Que tipo de cooperação e coordenação existe entre a GNR e as demais FFSS no combate ao TSH?

PD6: Qual a importância da “troca de informação” entre a GNR as demais FFSS no combate ao TSH?

1.6. Hipóteses

Face às perguntas de investigação, foram levantadas algumas hipóteses que irão ser verificadas no final deste trabalho:

H1: O TSH assume proporções alarmantes em Portugal.

H2: O crime de TSH é uma prioridade das FFSS em relação a outros crimes.

H3: O trabalho desenvolvido pelas FFSS no seu combate é suficiente.

H4: Os crimes mais relevantes, conexos com o TSH, do ponto de vista operacional e de investigação são o lenocínio e o auxílio à imigração ilegal.

H5: Afigura-se relevante, no âmbito da segurança nacional, que a GNR tenha como atribuição o combate ao TSH em TN.

H6: A GNR está vocacionada para o combate ao TSH.

H7: A GNR tem um papel importante na deteção de possíveis vítimas.

H8: A GNR colabora efetivamente com outros OPC's no combate ao TSH.

1.7. Metodologia

O presente estudo tem uma natureza essencialmente jurídica e sociológica. A metodologia de investigação centrou-se no método dedutivo “que se baseia num raciocínio que parte do geral para o particular” (Sarmiento, 2008, p.5) consubstanciado numa pesquisa bibliográfica e respetiva análise documental.

Para assegurar a validade científica das conclusões e propostas, as fases de análise e investigação necessitaram de uma fundamentação metodológica, tendo sido delineado um raciocínio lógico e coerente que permitiu descortinar as questões que o tema em causa suscitou.

O trabalho obedece à Norma Para a Redação do Relatório Científico Final, proposto no anexo F da NEP nº 520/DE/30JUN11 da AM, e foi complementado com o “Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada” (Sarmiento, 2008) e pelo “Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios segundo Bolonha” (Sousa e Baptista, 2011).

A redação deste trabalho foi feita de acordo com as regras do novo acordo ortográfico.

1.8. Estrutura do trabalho

O presente TIA é constituído por cinco capítulos.

O Capítulo 1 corresponde à Apresentação e Introdução do trabalho, no qual é descrito o enquadramento e contextualização, a justificação da escolha do tema, a definição

dos objetivos, a delineação das perguntas de investigação e das linhas orientadoras da investigação.

O Capítulo 2 é composto pela revisão da literatura, que se subdivide em quatro subcapítulos. O primeiro subcapítulo diz respeito à Legislação e ao Enquadramento em que se insere o TSH. O segundo subcapítulo refere as diferenças entre o TSH outros crimes conexos, bem como os seus diferentes fins. O terceiro subcapítulo faz uma breve resenha do crime de TSH no mundo e em Portugal. O quarto e último subcapítulo refere-se à relação entre a GNR e o TSH, visando o seu enquadramento legal e o que representa no combate a este tipo de crime bem como os OPC's a quem compete a investigação.

O Capítulo 3 menciona a metodologia e procedimentos utilizados no desenvolvimento do trabalho de campo, nomeadamente na recolha, análise e processamento de dados.

No Capítulo 4, também referente ao trabalho de campo, encontra-se a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

Por fim, no Capítulo 5, apresentam-se as conclusões e recomendações. Este capítulo divide-se em três partes: a verificação das hipóteses, conclusões e recomendações e propostas, como o culminar de toda a investigação realizada.

Capítulo 2

Revisão da literatura

O TSH tem vindo a revelar uma grande expansão à escala mundial e representa nos dias de hoje a mais “séria regressão civilizacional com que somos confrontados” (Neves e Pedra, 2012, p.18). É um crime hediondo e repugnante que ultrapassa inúmeras barreiras e viola gravemente os direitos humanos, arruinando as vidas de milhares de pessoas em todo o mundo e gerando elevados lucros para os traficantes (Wrabetz, 2010).

Com a aceleração do processo de globalização aumentaram também as migrações internacionais. De acordo com o *United Nations Department of Economic and Social Affairs* (2011), em 2010 eram cerca de 214 milhões o número de pessoas que abandonaram os seus países de origem para países estrangeiros.

Paralelamente ao aumento das migrações internacionais vêm os “crescentes desequilíbrios entre as condições de vida dos países de origem e as dos países de destino” (Guia, 2010, p.19).

O TSH tem uma relação íntima com as migrações, pois “a intensificação dos fluxos migratórios internacionais à escala global constitui o contexto de enquadramento que gerou a oportunidade para o desenvolvimento do ‘negócio’ do tráfico de seres humanos” (Neves e Pedra, 2012, p.18), ainda que este crime possa ocorrer dentro de um mesmo país.

Este crime “transforma os seres humanos em simples mercadorias sujeitas a um comércio iníquo, constituindo, em rigor, o escravagismo dos tempos modernos” (SEF, 2010, p.5)

No contexto europeu, a entrada em vigor do Acordo Schengen e da respetiva Convenção de Aplicação no ano de 1995, fez com que fossem abolidos¹ os controlos nas fronteiras internas dos estados signatários, nos quais Portugal se insere e a que corresponde o regime (atualmente em vigor) de livre circulação de pessoas. “Esta nova realidade faz destes Estados autênticos pólos de atracção impelindo potenciais imigrantes, uma vez dentro do chamado espaço Schengen, a tentarem a sua sorte num dos seus membros,

¹ Ainda que pontualmente os controlos possam ser repostos.

“beneficiando” assim, à margem da lei, do referido regime de livre circulação de pessoas” (Kellen, 2005, p.6).

De acordo com Peixoto (2007) o despertar, em Portugal, para esta realidade teve início no final da década de 90 com o aumento súbito de imigrantes e consequente aparecimento das redes criminosas organizadas.

Em 2005, surge um dos primeiros estudos sobre o tráfico de seres humanos em Portugal pelo Observatório da Imigração² que dá conta de dois grupos criminosos: as redes de tráfico, “quando se dedicam à extorsão e ao auxílio à imigração ilegal, incluindo a colocação no mercado de trabalho e alojamento”; e as redes de auxílio à imigração ilegal, “que não procuram uma exploração continuada dos imigrantes após a chegada ao destino, procedendo simplesmente à receção e eventual inserção no mercado de trabalho de imigrantes (...)” (Pereira, 2005, p.218). Um aspeto importante e transversal a diversos autores que se debruçaram sobre este tema, é precisamente a distinção entre o TSH e o auxílio à imigração ilegal. Este estudo de 2005 refere que as condenações mais vulgares são por auxílio à imigração ilegal e lenocínio (se o fim for a exploração sexual), o que vai de encontro ao estudo elaborado por Santos, Gomes, Duarte e Baganha (2008), sobre o tráfico para exploração sexual em Portugal.

Em Portugal os relatórios não revelam um número elevado de casos de TSH, mas recentemente, Neves e Pedra (2012) após um estudo intensivo que se prolongou por 3 anos concluem que a dimensão deste fenómeno é superior ao sugerido por esses mesmos relatórios, que revelam diversas limitações e deficiências.

Existem vários trabalhos e autores³ que se pronunciam sobre esta matéria pelo que apenas foram referidos alguns.

² *Tráfico de migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, coordenado por Carneiro, R.

³ Salas, A. (2008). *Um ano no tráfico de mulheres*. Tradução de Jorge, J. (1ª Edição). Lisboa: Dom Quixote; Saragoça, C. (2010). *Portugal nas redes internacionais do tráfico de seres humanos*. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2923/1/PORTUGAL%20REDES%20INT%20TRAFICO%20SERES%20HUMANOS%20CRIANCAS.pdf>, a 11 de março de 2013;

Santos, M. (2012). *Localizar Portugal na Luta contra o Tráfico de Seres Humanos*. Disponível em: http://sigarra.up.pt/fdup/pt/publs_pesquisa.show_publ_file?pct_gdoc_id=11383, a 19 de março de 2013; entre outras.

2.1. Legislação e Enquadramento do TSH a nível Internacional e Nacional

A criação de legislação, medidas de prevenção e combate ajustadas ao TSH foram diversas vezes debatidas em convenções e plasmadas em vários documentos ao longo dos anos. Não se pretendendo fazer uma enumeração exaustiva destes, é necessário salientar alguns que assumiram um maior relevo não só por terem sido impulsionadores do trabalho elaborado *a posteriori* como pelo seu conteúdo que trouxe de facto alterações significativas, retificando assim o conceito de TSH ao longo dos anos.

2.1.1 Organização das Nações Unidas

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem⁴ (DUDH) expressa a preocupação internacional com a preservação dos direitos humanos, sendo os mesmos ali definidos. Esta Declaração expressa os direitos fundamentais, civis, políticos e sociais de que todos os seres humanos devem gozar sem qualquer discriminação.

A primeira convenção que importa referir é a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição⁵ adotada pela ONU em 1950, a qual define que os Estados-Parte se devem comprometer a “punir toda a pessoa que, para satisfazer as paixões de outrem: 1) Alicie, atraia ou desvie com vista à prostituição uma outra pessoa, mesmo com o acordo desta; 2) Explore a prostituição de uma outra pessoa, mesmo com o seu consentimento”. Nesta fase apenas o TSH com o intuito da exploração sexual era visado. Gerou-se alguma polémica devido à legislação e disposições já existentes em alguns dos Estados, mais concretamente em relação à questão da prostituição. “Alguns governos entenderam que, apesar de a Convenção não criminalizar diretamente a prostituição, contém algumas disposições que parecem apontar indiretamente nesse sentido, o que contraria o disposto sobre prostituição nas legislações nacionais” (Santos et al., 2009, p.78).

Em 2000, no âmbito da Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional⁶, surgiram dois Protocolos: o Protocolo Adicional relativo à

⁴ Resolução 217A (III), de 10 de dezembro de 1948 da Assembleia Geral das Nações Unidas; Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de março de 1978.

⁵ Aprovada por Portugal, pela Resolução da Assembleia da República n.º 31/91, de 10 de outubro

⁶ Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 2 de abril

Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças e o Protocolo Adicional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea. O primeiro, também conhecido como Protocolo de Palermo, e por ser o que mais importa escarpelizar no presente trabalho, define que o tráfico de pessoas é⁷:

“o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos.”

Este Protocolo alargou o âmbito de aplicação do tráfico de pessoas no que diz respeito ao fim, passando assim a abranger outros tipos de exploração (trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos) e não apenas os de carácter sexual. No entanto, a clarificação dos termos “exploração sexual” e “prostituição” não é feita. “Durante as negociações do protocolo rapidamente foi acordado que a prostituição encaixava na definição de tráfico proposta, mas a discussão foi intensa em relação à prostituição em geral estar ou não abrangida” (Eagle, 2004, p.58 in Santos et al., 2009, p.80). É ainda de referir que esta Convenção alerta para o carácter de transnacionalidade e que este não deve ser inserido nos Estados, ou seja, pode ocorrer dentro dos limites do mesmo.⁸

2.1.2 Tribunal Penal Internacional

Em 1998 surge o Tribunal Penal Internacional, o primeiro tribunal internacional permanente e que é baseado num tratado, o Estatuto de Roma⁹. Este Tribunal foi criado com o intuito de julgar indivíduos pela prática de crimes mais graves, de entre os quais o TSH, perpetrado nos “Crimes contra a Humanidade”, designadamente no conceito de

⁷ Consagrado no Art.º 3º a) do Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças.

⁸ Guia Legislativo para a Implementação Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças consagrado na Resolução da Assembleia-Geral 55/25, Anexo III, adotada a 15 de novembro de 2000.

⁹ Adotado pela Conferência Diplomática a 17 de julho de 1998; Aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República nº 3/2002, de 18 de janeiro.

“escravidão”¹⁰. Contudo só é crime contra a humanidade quando é cometido no âmbito “de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque”¹¹.

Ainda no ano 2000, é adotado, aberto à assinatura e adesão o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil que exortava os Estado-Membros para a proibição das mesmas.

2.1.3 Conselho da Europa

Tendo por referência a DUDH proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (anteriormente referida), é adotada pelo Conselho da Europa em 1950, a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais¹² e tem por fim assegurar e proteger os direitos do homem e das liberdades fundamentais. A Convenção obriga a que todos os Membros do Conselho reconheçam a “qualquer pessoa dependente da sua jurisdição os direitos e liberdades definidos (...) na Convenção”¹³.

Em 2005 é aberta à assinatura a Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o Tráfico de Seres Humanos¹⁴, também conhecida como a Convenção de Varsóvia, que trouxe consigo uma abordagem muito mais lata do conceito de TSH estabelecido no Protocolo de Palermo, reforçando a estrutura para a prevenção e combate ao tráfico de seres humanos e para a proteção dos direitos das vítimas. É ainda de salientar, a criação do *Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings* (GRETA)¹⁵, um grupo de peritos responsáveis pela supervisão da implementação desta Convenção, no qual Portugal tem um representante (Albano, 2010).

¹⁰ Consagrado no Art.º 7º n.º 2 c) do Estatuto: “Por «escravidão» entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças;”

¹¹ De acordo com o Art.º 7º n.º 1 do Estatuto.

¹² Adotada em Roma, em 4 de novembro de 1950; entrada em vigor na ordem internacional em 3 de setembro de 1953; publicada em Diário da República, I Série, n.º 236/78.

¹³ Consagrado no Art.º 1º da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

¹⁴ Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008, de 14 de janeiro.

¹⁵ Este mecanismo é composto por 15 especialistas independentes e imparciais, escolhidos pelas suas reconhecidas competências na área do TSH, assistência e proteção das vítimas entre outras. A tarefa do GRETA é avaliar a implementação da Convenção pelos Estados-Parte (GRETA, 2013).

2.1.4 União Europeia

Na União Europeia (UE), o TSH começou por ser uma prioridade da agenda política, no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos, quando a Comissão, em 1996, fez a primeira Comunicação¹⁶ ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual (Santos et al, 2008).

No âmbito da UE importa referir a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia no ano 2000 a qual expressa claramente a proibição do TSH¹⁷.

Em 2011 surge a Diretiva 2011/36/UE relativa à Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos e à Proteção das vítimas. Esta Diretiva (que veio substituir a Decisão-Quadro 2002/629/JAI, de 19 de julho) trouxe algumas novidades, entre as quais a explicação do conceito de vulnerabilidade da vítima e a adição de novos fins do tráfico, nomeadamente a mendicância e a exploração para a prática de pequenos furtos aos fins já anteriormente enumerados nas Convenções acima referidas. A 17 de junho de 2013, foi apresentado o Projeto-Lei 427/XII que altera o Código Penal português (CP), transpondo para a Ordem Jurídica Interna esta Diretiva. Desta forma e citando o Projeto-Lei 427/XII, “alarga-se o âmbito da incriminação do tráfico de pessoas para qualquer tipo de exploração. O escopo da intervenção do Art.º 160º do Código Penal deixa, assim, de estar limitado a formas de exploração específicas, que passam a ter natureza exemplificativa.”

Importa também referir a mais recente, a Diretiva 2012/29/UE¹⁸ que estabelece as normas mínimas sobre os direitos, apoio e proteção das vítimas de crimes, nomeadamente as de TSH.¹⁹

2.1.5 Nacional

O TSH é um fenómeno que coloca em causa a dignidade da pessoa humana, uma das bases da Constituição da República Portuguesa (CRP), mencionada logo no Art.º 1º. Esta dignidade da pessoa humana “significa dignidade igual de todos os seres humanos, independentemente de origem étnica, nacionalidade, sexo, filiação religiosa, ideologia

¹⁶ COM (96) 567.

¹⁷ Consagrado no Art. 5º nº 3 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

¹⁸ De 25 de outubro de 2012.

¹⁹ Esta Diretiva prevê vários direitos às vítimas: o direito à proteção, à inexistência de contactos entre a vítima e o autor do crime, à proteção durante investigações penais, à proteção da vida privada, à proteção de vítimas com necessidades específicas durante o processo penal, entre outros, consagrados no capítulo 4 - Proteção das vítimas e reconhecimento das vítimas com necessidades específicas de proteção.

política, situação social ou qualquer outro dos factores de discriminação proscritos pelo Art.º 13º, nº2, da Constituição” (SEF, 2010, p.5). Tendo em conta a gravidade que o TSH representa, a CRP permite no seu Art.º 34º nº3²⁰ conjugado com o Código de Processo Penal²¹ (CPP), a título excecional, a entrada em domicílio durante a noite para o prevenir e reprimir.

Também em Portugal a definição de TSH tem sido uma clara preocupação latente nas sucessivas revisões de que foi alvo o Código Penal (CP). O primeiro CP²² (após a revolução do 25 de abril em 1974) previa no seu Art.º 217º, na secção dos “crimes sexuais”, no capítulo dos “crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social” que “quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual”, seria punido com pena de prisão de 2 a 8 anos e multa até 200 dias.

Em 1995, com a revisão do CP²³, o crime de tráfico de pessoas passou a integrar o Art.º 169º, na secção dos “crimes contra a liberdade sexual”, no capítulo dos “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”. Este punia “quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade”, com a pena já anteriormente prevista. Com esta reforma foram introduzidas alterações: a mudança de capítulo, a conduta por parte do agente do crime e do consentimento por parte da vítima.

Com a reforma do CP em 1998²⁴ o artigo sofreu uma pequena alteração que permitiu alargar o âmbito de aplicação ao retirar da anterior redação a “exploração de situação de abandono ou necessidade”.

No ano 2001, foi alterado mais uma vez o artigo respeitante ao tráfico de seres humanos. Assim, e de acordo com a Lei nº 99/2001, de 25 de agosto, foram acrescentados os elementos “abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica,

²⁰ “Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei.”

²¹ De acordo com o Art.º 177º nº 2 a) da Lei nº 48/2007, de 29 de agosto: “Entre as 21 e as 7 horas, a busca domiciliária só pode ser efetuada nos casos de : a) Terrorismo ou criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada;...”

²² Aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro.

²³ Decreto-Lei 48/95, de 15 de março.

²⁴ Lei nº 65/98 de 2 de setembro.

económica ou de trabalho da vítima e aproveitamento de qualquer situação de especial vulnerabilidade da vítima”.

Por último, a Lei nº 59/2007, de 4 de setembro, adotou o conceito de TSH constante do Protocolo de Palermo e foi responsável por estender o crime de Tráfico de Pessoas à exploração do trabalho e extração de órgãos, não se focando apenas na exploração sexual, pelo que passou a constar no Capítulo dos “Crimes Contra a Liberdade Pessoal”, constando assim o novo texto no Art.º 160º. O TSH deixou ainda de assumir o carácter meramente transnacional passando assim a abranger também o “tráfico interno”, ou seja sem a transposição de fronteiras (Teixeira, 2010) e sofreu um aumento da moldura penal. O Tráfico de Pessoas passou a ter a seguinte redação²⁵ (ver anexo A):

“1. Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extração de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;*
 - b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;*
 - c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;*
 - d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou*
 - e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;*
- É punido com pena de prisão de três anos a dez anos.*

(...)

4. Quem, mediante pagamento ou contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

(...)”

Esta revisão trouxe também uma inovação relevante no que concerne à punição do “utilizador dos serviços (no caso de tráfico para exploração sexual ou laboral) ou órgãos (no caso do tráfico para extracção de órgãos) da vítima” (Patto, 2008, p. 199).

No ano de 2007 foi ainda revisto o CPP, que incluiu o Tráfico de Pessoas no conceito de criminalidade altamente organizada²⁶ e que permitiu assim a aplicação de meios de obtenção de prova mais eficazes e de medidas de coação mais graves.

Ainda no mesmo ano, a Lei nº 23/2007, de 4 de julho, mais conhecida como “Lei de Estrangeiros” veio permitir a concessão de autorização de residência aos cidadãos estrangeiros vítimas de TSH (e de auxílio à imigração ilegal), ainda que a sua entrada em Portugal possa ter sido feita de forma ilegal. Possibilitou também às vítimas inúmeras

²⁵ Consagrado no Art.º 160º nº 1 da Lei nº 59/2007, de 4 de setembro.

²⁶ Consagrada no Art.º 1º m) da Lei nº 48/2007, de 29 de agosto: “...as condutas que integrem crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influência, participação económica em negócio ou branqueamento.”

garantias, nomeadamente a atribuição de uma autorização de residência em Portugal, acolhimento em casas abrigo, bem como o acesso a tratamentos médicos e até mesmo à educação, no caso dos menores.

Em cumprimento do Art.º 7º da Lei nº 17/2006, de 23 de maio, que aprova Lei Quadro da Política Criminal, surgiu a Lei nº 51/2007 (de 31 de agosto) que definia os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007-2009 e a Lei nº 38/2009 (de 20 de julho) para o biénio de 2009-2011. Estas leis estipularam que o tráfico de pessoas, entre outros crimes, era um objetivo específico da política criminal e um crime de prevenção e investigação prioritárias durante aqueles dois biénios.

A Lei de Segurança Interna²⁷ (LSI) prevê que uma das medidas especiais de polícia, consagrada no Art.º 29 h), é “A cessação da actividade de empresas, grupos, organizações ou associações que se dediquem (...) à criminalidade violenta ou altamente organizada”. Esta medida só é aplicável quando “tal se revele necessário (...) desde que haja indícios fundados de preparação da actividade criminosa...” como resultado da conjugação entre o Art.º 30º da LSI e o Art.º 272º nº 2 da CRP.

2.2. Diferenças entre o TSH e os crimes de auxílio à imigração ilegal, lenocínio e os diferentes fins do TSH

Existem diversas perceções quando é abordada a questão do TSH, que variam de acordo com o grau de exploração económica, níveis de engano e violência, grau de consentimento por parte dos indivíduos, propósito da deslocação e tipo de migrantes (homens, mulheres, ou crianças) em causa (Peixoto, 2007).

O crime de tráfico de pessoas compreende diversas fases nas quais se inserem vários tipos de crimes conexos. Para evitar uma enumeração exaustiva dos crimes conexos, destacam-se os seguintes²⁸: auxílio à imigração ilegal, lenocínio, pornografia de menores, associação de auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal, casamento por conveniência, sequestro, escravidão, maus tratos, rapto, violação, falsificação ou contrafação de documentos, entre muitos outros.

No sentido de facilitar a compreensão do que é o TSH em território nacional, importa distingui-lo de crimes conexos como os de “auxílio à imigração ilegal” e

²⁷ Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

²⁸ De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) referente ao ano de 2012.

“lenocínio”. Estes crimes são os que assumem nesta distinção uma maior importância uma vez que são aqueles cujos contornos mais facilmente se poderão confundir com o que se encontra estatuído no crime de TSH.

2.2.1. Distinção entre os crimes de TSH e de auxílio à imigração ilegal

A definição de auxílio à imigração ilegal é apresentada no Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes definido pelas Nações Unidas. Este Protocolo define: “tráfico ilícito de migrantes” ou “smuggling”²⁹ consiste em facilitar a entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte, do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício material ou financeiro. Por entrada ilegal, este Protocolo entende como sendo a passagem de fronteiras (internacionais) sem preencher as condições necessárias para entrada legal no Estado de acolhimento, de acordo com a alínea b) do Art.º 3º e o seu reconhecimento como crime passa pelo art. 6º do mesmo Protocolo.

No que diz respeito à legislação nacional, este crime está previsto no Art.º 183º da Lei nº23/2007 de 4 de Julho³⁰, Regime Jurídico de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional. Assim, pratica o crime de “auxílio à imigração ilegal”:

“1 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com pena de prisão até 3 anos.

2 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada, a permanência ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.

3 - Se os factos forem praticados mediante transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou a morte, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

4 - A tentativa é punível.

5 - As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182.º são as de multa, cujos limites, mínimo e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da actividade de um a cinco anos.”

Ao analisar esta legislação, importa reter também um aspeto muito importante: o conceito de *smuggling* adotado no contexto internacional é mais restrito do que o conceito de “auxílio à imigração ilegal” usado no contexto jurídico português. *Smuggling* apenas diz

²⁹ Consagrado no Art. 3º a) do Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes.

³⁰ Alterada pela Lei 29/2012, de 9 de agosto.

respeito ao auxílio na transposição de uma fronteira e não ao apoio prestado na permanência ilegal no país de destino. O auxílio à imigração ilegal é mais amplo pois engloba tanto a permanência como a transposição ilegais (Peixoto e Soares, 2005).

De acordo com a definição de TSH do CP e com a definição de auxílio à imigração ilegal supra citada percebe-se que os elementos constitutivos são diferentes e que se forem confundidos, a atuação por parte das autoridades competentes irá ser diferente.

A forma mais simples de fazer esta distinção é através do critério da exploração. Se estamos perante uma situação de auxílio à imigração ilegal, a pessoa auxiliada é livre no fim de todo o processo. No TSH, a pessoa é colocada numa situação de contínua exploração sob condições que vão contra os seus direitos fundamentais (Pereira et al., 2005).

Costa (2011) destaca quatro diferenças essenciais: o consentimento, a transnacionalidade, a relação entre o agente do crime-vítima e por último a forma como o agente do crime obtém o seu lucro.

Assim, o TSH pressupõe (de forma geral) o não consentimento por parte da vítima e, ainda que numa fase inicial esta o possa consentir, afigura-se irrelevante atendendo aos meios³¹ usados pelos traficantes. O auxílio à imigração ilegal, contrariamente ao TSH, pressupõe o pleno consentimento e aceitação por parte da vítima e esta procura é sempre feita de forma voluntária (Pereira et al., 2005).

Também a transnacionalidade deve ser considerada porque o auxílio à imigração ilegal implica obrigatoriamente a travessia de uma fronteira para outro país, que não o de origem. O TSH não exige a travessia de uma fronteira, havendo frequentemente uma facilitação por parte dos traficantes para que a entrada seja feita de forma legal, quando as vítimas são angariadas em países estrangeiros (Anderson e Davidson *in* Peixoto e Soares, 2005).

A relação entre os agentes do crime e a vítima ou imigrante também difere. O auxílio à imigração ilegal apenas representa uma breve “parceria” enquanto que no TSH, na maioria das vezes, há um desrespeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana por parte do agente do crime, de uma forma continuada e prolongada no tempo.

Por fim, analise-se a forma como o agente obtém o lucro. No auxílio à imigração ilegal é feito logo à partida um pagamento, no TSH é paga uma pequena percentagem

³¹ Consagrados no Art.º 160º do CP: “Violência, rapto, ameaça grave, artil ou manobra fraudulenta, abuso de autoridade, aproveitando-se da sua incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade.”

inicial (ou não) e é imputada à vítima uma dívida que será saldada no destino final através da sua exploração (Aronowitz, 2001 *in* Peixoto e Soares, 2005).

2.2.2. Distinção entre os crimes de TSH e lenocínio

Quando se fala nos fins a que se destina o tráfico de pessoas, surge a exploração sexual da vítima, que é diversas vezes discutida paralelamente à questão da prostituição. Contudo, a exploração sexual só por si não preenche automaticamente os requisitos do crime de TSH. Assim o aproveitamento da prostituição, é autonomamente punido como crime de lenocínio, previsto no CP, no Art.º 169º:

“1 - Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

2 - Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

a) Por meio de violência ou ameaça grave;

b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;

c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho; ou

d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;

é punido com pena de prisão de um a oito anos.”

A pena do crime de lenocínio é então menor do que a do tráfico (seis meses a cinco anos de prisão). Contudo “o legislador parece ter entendido que o aproveitamento da prostituição configura sempre exploração sexual, como se essa atividade significasse só por si vitimização da pessoa que a pratica a troco de dinheiro, mesmo que não haja violência, nem coerção sobre ela” (Mendes, 2007, p.173).

2.2.3. Diferentes fins do TSH

O TSH abrange diferentes e distintos fins de acordo com o perfil das vítimas, a organização das redes criminosas e o *modus operandi*, a duração e intensidade da exploração (Neves e Pedra, 2012).

Os fins do TSH mais visíveis em Portugal³² são a exploração sexual e a exploração do trabalho ou exploração laboral. Quando se fala em exploração laboral importa referir a

³² De acordo o Relatório Anual de Tráfico de Seres Humanos relativo a 2012.

mendicidade forçada³³ que foi o tema sobre o qual versou o mais recente trabalho coordenado pelo Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH) em que é apelidada como “a face invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral”. Apesar de ainda não estar explicitamente consagrada no Art.º 160º do CP, a Diretiva 2011/36/EU que como já foi dito irá ser transposta para o ordenamento jurídico português, refere que “a mendicidade forçada deverá ser entendida como uma forma de trabalho ou serviços forçados, tal como definidos na Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório”.

As vítimas deste tipo de exploração são geralmente crianças, idosos, mulheres grávidas ou adultos com deficiências, ou seja pessoas que aparentam estar numa situação de pobreza, de vulnerabilidade ou de exclusão social. Esta forma de exploração passa despercebida porque é com alguma naturalidade que as pessoas dão esmola a alguém sem se questionarem sobre os verdadeiros motivos pelo qual elas estão a pedir.

Apesar dos diferentes fins a que se destina o TSH, importa reter que todos têm algo em comum: o lucro obtido com a sua exploração. Este lucro pode ter duas componentes: o lucro obtido com a exploração propriamente dita da vítima e o lucro obtido com a venda da vítima e dos seus direitos de exploração (Neves e Pedra, 2012).

2.3. Resenha do crime de TSH

2.3.1. No mundo

Vários relatórios estatísticos têm sido publicados a nível mundial por diferentes organizações, em particular a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o *United Nations Office of Drugs and Crime* (UNODC).

De acordo com o último relatório³⁴ da OIT, referente ao período entre 2002 e 2011, o número estimado de vítimas de exploração laboral forçada, incluindo exploração sexual forçada é de 20,9 milhões a nível mundial. Esta estimativa é tida como conservadora. O número estimado de vítimas de trabalho forçado³⁵ inclui também as vítimas de tráfico de

³³ A mendicidade traduz-se por um conjunto de atividades a que uma determinada pessoa recorre por forma a pedir dinheiro a uma outra pessoa, que lhe é estranha.

³⁴ Publicado em junho de 2012.

³⁵ A definição de trabalho forçado é diferente da definição de TSH.

seres humanos, contudo o número exato das vítimas ainda é desconhecido (EUROSTAT, 2013).

O último relatório do UNODC, publicado em Dezembro de 2012 afirma que entre 2007 e 2010, as mulheres constituíram entre 55% a 60% das vítimas de tráfico de pessoas detetadas a nível mundial³⁶. O tráfico de crianças aparece com um aumento para 27%, comparado com os 20% no período entre 2003 e 2006. Relativamente ao perfil das vítimas quanto ao género e idade: 59% são mulheres, 17% raparigas, 14% homens e 10% rapazes. Nas regiões da Europa e da Ásia Central, o número de crianças vítimas é de 16% e foram detetados mais casos de exploração sexual (62%) em comparação com a exploração laboral, escravidão e servidão (31%) (EUROSTAT, 2013).

De acordo com os últimos dados da Europe Statistics³⁷ (EUROSTAT), o número de vítimas identificadas e presumidas era 9528, entre o período 2008-2010. Destas, 62% dizem respeito a exploração sexual, 25% a exploração laboral e 14% a outros fins³⁸.

2.3.2. Em Portugal

No que concerne aos dados estatísticos, é publicado anualmente o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), elaborado³⁹ pelo Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, que espelha a atividade desenvolvida pelas Forças e Serviços de Segurança (FFSS) bem como a criminalidade nacional, do ano transato. De acordo com o último relatório (divulgado em março de 2013) foram sinalizadas 125 potenciais vítimas, das quais 81 correspondem a situações ocorridas em Portugal. Contudo até à data de elaboração deste relatório nenhuma das sinalizações foi tida como “Confirmada” do ponto de vista da investigação criminal, pelo que de seguida irão ser apresentados estes dados, já atualizados por outro relatório.

O OTSH^{40 41} é responsável, entre outras atribuições, pela elaboração e divulgação de um relatório anual sobre o TSH. Durante 2012⁴² foram sinalizadas 125 potenciais

³⁶ O relatório da UNODC não apresentou o número de vítimas de TSH identificadas.

³⁷ “Eurostat is the statistical office of the European Union situated in Luxembourg. Its task is to provide the European Union with statistics at European level that enable comparisons between countries and regions.” Retirado em março, 17, 2013, de:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/about_eurostat/introduction

³⁸ Atividades criminosas, extração de órgãos, venda de menores e mendicância forçada.

³⁹ Consagrado no Art.º 17º n.º 2 d) da Lei nº 53/2008, de 29 de agosto.

⁴⁰ Decreto-Lei nº 229/2008, de 27 de novembro.

vítimas de tráfico, das quais 81 (cidadãos nacionais e estrangeiros) correspondem a situações ocorridas em Portugal. Destas 81 sinalizadas, 4 foram “Confirmadas”, 14 foram consideradas como “Não Confirmadas”, 49 encontram-se “Pendentes/Investigação” e 14 correspondem a sinalizações por parte de Organizações não-governamentais (ONG’s), que ao não serem submetidas a investigação criminal, manterão a denominação de “Sinalizações ONG”⁴³. O Quadro 1 seguinte permite estabelecer uma análise das sinalizações durante os últimos anos:

Quadro 1 – Sinalizações de vítimas entre 2009-2012

	2009	2010	2011	2012
Sinalizações (Total)	84	86	48	81
Confirmadas	7	22	11	4
Não Confirmadas	-	29	18	14
Pendentes/Investigação	-	35	10	49

Fonte: Dados obtidos nos Relatórios Anuais sobre o TSH, desde 2009 a 2012, publicados pelo OTSH.

2.4. A GNR e o TSH

2.4.1. Enquadramento, Competências, Especificidades

A GNR, criada a 3 de maio de 1903, é atualmente definida pela Lei nº63/2007, de 6 de novembro como “...uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.”⁴⁴. Tem por missão “no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei”⁴⁵.

⁴¹ Consagrada no Art.º 2 nº 1 do Decreto de Lei nº 229/2008, tem por missão: “a produção, recolha, tratamento e difusão de informação e de conhecimento respeitante ao fenómeno do tráfico de pessoas...”

⁴² Este relatório atualiza os dados difundidos pelo RASI do mesmo ano.

⁴³ De acordo com o Relatório Anual Sobre o Tráfico de Seres Humanos relativo a 2012.

⁴⁴ Cfr. Art. 1º nº1 da Lei nº 63/2007

⁴⁵ Cfr. Art. 1º nº2 da Lei nº 63/2007.

A GNR é uma instituição policial detentora de características únicas no país, com 474 Postos territoriais, 85 Destacamentos territoriais e 20 Comandos territoriais, que cobrem cerca de 96% do TN⁴⁶.

2.4.2. Competências ao nível do TSH

A Lei da Organização da Investigação Criminal⁴⁷ (LOIC) é a lei que define as competências para a investigação de determinado crime de cada OPC. De acordo com o Art.º 7º n.º 4 c) da LOIC:

“Compete também à Polícia Judiciária, sem prejuízo das competências da Unidade de Ação Fiscal da Guarda Nacional Republicana, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, a investigação dos seguintes crimes: (...). Tráfico de pessoas;”

O Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional⁴⁸ consagra no Art.º 188º, no seu n.º 1: “Além das entidades competentes, cabe ao SEF investigar os crimes⁴⁹ previstos no presente capítulo e outros que com ele estejam conexos, nomeadamente o tráfico de pessoas.”

No que refere à GNR, a LOIC prevê no Art.º 6º que:

“É da competência genérica da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo, nos termos do artigo 8.º.”

Assim, de acordo com a legislação em vigor, a competência para a investigação do crime de tráfico de pessoas é partilhada pela Polícia Judiciária (PJ) e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Desta forma, a GNR não tem competência para a investigação a não ser que lhe seja cometida pela Autoridade Judiciária (AJ) competente. No entanto, a sua participação não é de todo irrelevante neste tipo de crime como iremos ver de seguida.

⁴⁶ Dados retirados do site da GNR: <http://www.gnr.pt/default.asp?do=0z7zr/Qv5215v6v81>, em 5 de junho de 2013.

⁴⁷ Aprovada pela Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.

⁴⁸ Lei n.º 23/2007, de 4 de julho alterada pela Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto.

⁴⁹ Nomeadamente o auxílio à imigração ilegal, associação de auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal e casamento ou união de conveniência, entre outros.

2.4.3. Capacidades e valências funcionais/importância na sinalização de casos de TSH

Como foi anteriormente referido, a GNR tem uma dispersão territorial e um efetivo de cerca de 25 mil militares que lhe permite cobrir cerca de 96% do TN. Adota um modelo de Policiamento de Proximidade que lhe permite trabalhar em conjunto com a comunidade, promovendo a resolução dos problemas e contribuindo para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A GNR, assim como a Polícia de Segurança Pública (PSP), são os OPC's a quem as vítimas podem recorrer com frequência, pela proximidade, numa fase inicial, pelo que o papel que estas representam é de extrema importância. A sinalização de potenciais vítimas pelos OPC's é feita através do Guia Único de Registo⁵⁰ (GUR).

O II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos⁵¹ (PNCTSH), aplicável para o período 2011-2013, enumera um conjunto de medidas⁵² das quais a GNR faz parte:

*“1-Consolidar a implementação da aplicação dinâmica para o conhecimento sobre o tráfico de seres humanos;
2-Produzir relatórios estatísticos anuais sobre o TSH;
(...);
24-Promover a formação inicial e ou contínua das forças e serviços de segurança sobre metodologias de atendimento a vítimas de tráfico e sobre a Aplicação Dinâmica para o Conhecimento sobre TSH;
(...);
39-Reforçar a coordenação entre as estruturas nacionais de combate ao TSH.”*

2.4.4. Cooperação e Coordenação

De acordo com Rui Pereira (2010, p.7), Ex-Ministro da Administração Interna “a cooperação entre serviços e forças de segurança, órgãos de polícia criminal, autoridades judiciais, governos e associações não-governamentais dos vários Estados é indispensável para prevenir e reprimir”⁵³ o TSH.

Existem diversos mecanismos criados graças a organizações ou a unidades específicas que fomentam esta cooperação e coordenação a nível internacional e nacional, às quais se faz de seguida uma breve referência.

⁵⁰ GUR - guia uniformizado preenchido pelo órgão de polícia criminal (OPC) ao qual se dirigiu uma alegada vítima e/ou denunciante, ou que efetuou ações reativas ou pró-ativas, isolada ou conjuntamente, que conduziram ao conhecimento da existência de uma alegada vítima deste crime.

⁵¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010, de 29 de novembro

⁵² Estruturadas em torno de quatro áreas estratégicas de intervenção: conhecer, sensibilizar e prevenir; educar e formar; proteger e assistir; investigar criminalmente e cooperar.

⁵³ Nota do Ex-Ministro presente na obra de 2010, *Tráfico Desumano* plasmada na bibliografia.

A INTERPOL, a maior organização policial internacional, com 190 Estados-Membros, fomenta a cooperação entre as forças policiais no combate a diversas áreas do crime, de entre as quais o TSH⁵⁴.

A EUROPOL, uma organização da UE responsável pelo tratamento das informações acerca da criminalidade, tem como um dos objetivos melhorar a eficácia e a cooperação entre as forças e serviços competentes dos Estados Membros. Este objetivo é desenvolvido ao nível da prevenção e combate à criminalidade organizada, terrorismo e outras formas de criminalidade grave onde se insere também o TSH⁵⁵.

Ainda no âmbito da UE, a EUROJUST, é uma unidade criada com o objetivo de coordenar as atividades nacionais responsáveis. É competente no que diz respeito às investigações e aos procedimentos penais, que envolvam no mínimo dois Estados-membros relativos à criminalidade na qual a EUROPOL também tem competência.⁵⁶

Em 2004, surge Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia⁵⁷ (FRONTEX), através da qual se visa uma gestão integrada das fronteiras externas⁵⁸ dos Estados-Membros da UE. A vigilância e o controlo destas são fundamentais para que se possam combater crimes como o TSH. Portugal, através da GNR e do SEF, é um dos Estados-Membros que desempenha um papel ativo no âmbito da FRONTEX.

Fruto do Acordo entre Portugal e Espanha sobre cooperação transfronteiriça em matéria policial e aduaneira, surgem os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira⁵⁹ (CCPA's) que desenvolvem diversas atividades, entre as quais, a “prevenção e repressão das formas de criminalidade nas zonas fronteiriças previstas na alínea a) do n.º 4 do Art.º 41.º da Convenção de Aplicação do Acordo Schengen (CAAS), e em particular as que se relacionem com a imigração ilegal, tráfico de seres humanos ...”⁶⁰. Estes centros são compostos por representantes das FFSS de cada um dos países, nomeadamente da GNR. A propósito do Acordo Schengen é importante referir o Gabinete Nacional SIRENE. SIRENE, “Supplementary Information Requested at the National Entry”. Este Gabinete,

⁵⁴ <http://www.interpol.int/>

⁵⁵ Decisão do Conselho Europeu 2009/371/JAI, de 6 de abril de 2009.

⁵⁶ http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/133188_pt.htm

⁵⁷ Através do Regulamento CE n.º 2007/2004 de 26 de outubro

⁵⁸ Considerando-se como fronteiras externas, as fronteiras territoriais e marítimas dos Estados-Membros e os respetivos aeroportos e portos marítimos aos quais é aplicável o disposto na legislação comunitária em matéria de passagem das pessoas nas fronteiras externas.

⁵⁹ Decreto de Lei n.º 13/2007, de 13 de julho.

⁶⁰ Consagrada no Art.º 5.º n.º 1 b) do Decreto de Lei n.º 13/2007, de 13 de julho.

sob a dependência do Ministério do Administração Interna, é uma unidade orgânica integrada no Sistema de Informação Schengen (SIS) por onde circulam as informações suplementares aos dados contidos no SIS e que “são indispensáveis ao cumprimento das acções requeridas aos serviços utilizadores do SIS...”. Um sistema de informação a esta escala possibilitou “alargar e efectivar a cooperação policial e judiciária a uma dimensão nunca antes praticada”⁶¹.

A LSI prevê no seu Art.º 7º a coordenação e cooperação entre as forças de segurança, “designadamente através da comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objectivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização de outros...”. De acordo com a mesma Lei, compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) a “coordenação, direcção, controlo e comando operacional”⁶² entre as diversas FFSS. Esta lei prevê também um Gabinete Coordenador de Segurança, em que uma das suas competências é “assistir de modo regular e permanente o SGSSI no exercício das suas competências de coordenação, direcção, controlo e comando operacional...”.⁶³ Estes dois órgãos situam-se a um nível mais próximo daquilo que é a atividade operacional (Baleizão, 2011).

No âmbito da LOIC importa referir o Conselho Coordenador dos OPC’s⁶⁴, ao qual compete, entre outras, “dar orientações genéricas para assegurar a articulação entre os órgãos de polícia criminal.” Para operacionalizar a coordenação estabelecida pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna prevista no seu Art.º 15º nº2, surge o Sistema de Coordenação Operacional (SICOP).

O RASI faz referência à cooperação e coordenação entre as várias FFSS, e no que diz respeito ao ano de 2012, foi desenvolvida uma Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC). O SGSSI é o responsável pela implementação e coordenação geral desta plataforma que “constitui um instrumento essencial para o exercício do dever de cooperação entre os vários OPC e demais autoridades judiciárias e contribuirá de forma decisiva para o aumento da eficácia e eficiência da atividade policial e de uma coordenação mais efetiva entre todos eles” (RASI,2013).

⁶¹ Retirado de : <http://www.sirene.sef.pt/intro.html>

⁶² Consagradas no Art.º 15º.

⁶³ Consagrada no Art.º 22º nº 1 da LSI.

⁶⁴ Consagrado no Art.º 13º da LOIC.

Capítulo 3

Metodologia e procedimentos

3.1. Método de abordagem

Para que seja possível dar uma resposta às perguntas e aos objetivos a que se propõe este trabalho, foi adotado também o método inquisitivo, “que é baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2008, p.4). A parte prática deste trabalho consubstancia-se assim na realização de entrevistas, “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente seleccionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações” (Katele, 1999:18 *in* Sousa e Baptista, 2011, p.79).

3.2. Procedimentos e técnicas utilizadas

Para garantir que a pergunta de partida e as subsequentes perguntas derivadas fossem respondidas, foi realizada numa primeira fase uma análise bibliográfica. Desta forma permitiu-se que fosse aprofundado o conhecimento sobre o tema em causa e que fosse estabelecida uma correta ligação com parte prática do trabalho (consubstanciada nas entrevistas).

No que diz respeito às entrevistas, foram realizadas 9 entrevistas, entre o dia 27 de maio e 10 de julho. Cada entrevistado recebeu um guião de entrevista (Apêndice A) no qual constavam as questões que lhe iriam ser colocadas, baseadas nas questões derivadas da questão central. Posteriormente foi feita a transcrição de cada uma das entrevistas.

As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturado no qual se obedece a um guião, com um leque questões a abordar na entrevista. Desta forma é dada alguma liberdade ao entrevistado sem que este se desvie do tema em causa (Sousa e Batista, 2011).

3.3. Caracterização da Amostra

Para a realização deste trabalho, foram selecionados e entrevistados elementos que devido à sua profissão e função estão ligados ao crime de Tráfico de Pessoas, como é possível verificar através do seguinte quadro:

Quadro 2 – Caracterização da Amostra

Nº do Entrevistado	Função	Local onde exerce atualmente
1	Diretor do GRICRP ⁶⁵	SEF/GRICRP, Oeiras
2	Diretor da DCI ⁶⁶	SEF/DCI, Lisboa
3	Inspetor-Chefe da SRCB ⁶⁷ de Coimbra	PJ/SRCB, Coimbra
4	Coordenador de IC ⁶⁸ , UNCT ⁶⁹ de Lisboa	PJ/UNCT, Lisboa
5	Chefe de equipa do OTSH	OTSH, Lisboa
6	Coronel, Chefe da SOITRP ⁷⁰ da UCC ⁷¹ da GNR	UCC, Lisboa
7	Major, DI ⁷² da GNR	GNR/DI, Lisboa
8	Tenente-Coronel, DI da GNR	GNR/DI, Lisboa
9	Procurador do DIAP ⁷³ de Lisboa	DIAP, Lisboa

⁶⁵ Gabinete de Relações Internacionais Cooperação e Relações Públicas.

⁶⁶ Direção Central de Investigação.

⁶⁷ Secção Regional de Combate ao Terrorismo e Banditismo.

⁶⁸ Investigação Criminal.

⁶⁹ Unidade Nacional Contra Terrorismo.

⁷⁰ Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas

⁷¹ Unidade de Controlo Costeiro

⁷² Direção de Informações

⁷³ Departamento de Investigação e Ação Penal

3.4. Meios Utilizados

As entrevistas realizadas foram gravadas na íntegra através de um iPhone 4S, recorrendo à aplicação Dictafone. Para a sua transcrição foi usado o programa Microsoft Office Word 2007 e o programa Windows Media Player.

Capítulo 4

Apresentação, análise e discussão dos resultados

4.1. Apresentação e análise dos resultados

Este capítulo pretende revelar os dados recolhidos nas respostas dadas pelos entrevistados, bem como retirar os devidos considerandos e tecer as considerações oportunas acerca destas.

A análise dos resultados consubstanciou-se na transcrição integral de todas as entrevistas e *a posteriori* na elaboração de um quadro para cada questão, em que são analisadas as respostas de cada entrevistado. Foram extraídas e tratadas as transcrições das respostas para que se pudesse facilmente efetuar o cruzamento dos dados, e a correspondente análise da informação com pertinência para o presente trabalho.

4.1.1. Apresentação e análise da questão n.º 1

Questão n.º 1: Que proporções é que o TSH atinge a nível nacional?

Quadro 3 – Análise de resultados obtidos na Questão n.º 1

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“Se vir os nossos dados não são graves em relação ao resto da Europa (...) Em termos de números, não são números assustadores como em alguns países europeus. (...) tem havido uma tendência crescente...”
2	(Não respondeu)
3	“A nível nacional tem alguma dimensão embora haja muito tráfico de pessoas que não é conhecido. Eu tenho a impressão de que mesmo as autoridades não têm a noção exata do fenómeno (...) Aqui é uma dimensão já preocupante.”
4	“É difícil nós termos uma noção exata e uma noção real da dimensão do fenómeno a nível nacional (...) vemos números muito pequeninos, muito escassos, andam sempre na ordem das dezenas de vítimas. Mesmo nas investigações que nós temos pendentes não passará com certeza das duas/três centenas por ano, sendo que muitas delas acabam por se vir a revelar infrutíferas (...) Mas isto é aquilo que nós conhecemos, é o lado visível daquilo que é uma realidade, que por natureza é uma realidade escondida, que tem que ver com relações humanas complexas (...) nós acabamos por ver na realidade um fenómeno muito mais pequeno do que aquilo que ele é e eu acho que nós olhando para esses números temos apenas uma visão daquilo que é a ponta do iceberg (...) aquilo que posso dizer é que aquilo que aparece não é de facto a realidade...”
5	“...os dados que nós recolhemos ainda não refletem provavelmente, pelo menos nos primeiros anos, a verdadeira dimensão do problema e ainda estamos a trabalhar nisso. (...) As pessoas gostam de dizer que é a ponta visível do iceberg, eu acho que não. Acho que há muitos casos, sim. Em Portugal tem-se vindo a registar mais casos de tráfico por exploração laboral do que exploração sexual. Acho que não é porque haja muito mais, acho que deve continuar a haver exploração sexual. (...) Acho que estão pura e simplesmente a ignorar e a desvalorizar. Portanto é muito difícil para nós saber, até porque é um fenómeno que se caracteriza pela sua opacidade e por ser muito complicado.”
6	“As proporções não são assim tão alarmantes, (...) pelo que tenho visto em algumas estatísticas não se pode dizer que seja um problema muito grave no nosso país.”
7	“O crime de TSH não é um crime com um grande impacto em termos de criminalidade participada em Portugal, ou seja, o número de sinalizações de casos não tem sido muito amplo, tem sido para baixo da centena. (...) Em termos da criminalidade global do país é perfeitamente residual.”
8	“as proporções ainda não são de molde a que seja considerado um caso grave. Embora tenham vindo a ser detetados muitos casos de exploração laboral e alguma exploração sexual também, casos que configurem mesmo o crime de TSH ainda são relativamente poucos casos. (...) Portanto ainda não são proporções que se considerem alarmantes. São poucas dezenas de casos que são anualmente sinalizados. A generalidade depois não se confirma como sendo de tráfico de pessoas. Portanto ainda não é uma situação que se considere grave.”
9	“Não considero que seja uma situação gritante. Há países onde de facto a situação é muito mais gravosa do que a nossa. Estamos a falar por exemplo da China, da Coreia, ainda recentemente se verificaram situações desta natureza na Rússia. Aí parece-me que de facto a situação é muito mais premente e alarmante que a nossa.”

Análise da questão n.º 1: Em Portugal as proporções que o tráfico atinge não são alarmantes. O número de sinalizações e de criminalidade participada não tem em regra ultrapassado a centena. No entanto, aquilo que é conhecido não espelha com certeza a realidade pelo que, devem existir mais casos. Este crime é caracterizado pela sua opacidade e dificuldade em termos de investigação que muitas vezes acaba por se revelar infrutífera, o que acaba por reduzir o número de casos sinalizados e o número de condenações por este crime.

4.1.2. Apresentação e análise da questão n.º 2

Questão n.º 2: O Sistema Nacional de Segurança Interna e de Cooperação Internacional no combate ao TSH, mostra-se eficaz e eficiente?

Quadro 4 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 2

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“...eu diria que pela parte que toca ao SEF, a cooperação internacional a este nível tem-se desenvolvido muito, comparando com os anos antecedentes (...) Ou se cria investigações conjuntas e se tenta combater o tráfico também dessa forma ou dificilmente se consegue o sucesso. Portanto tem-se caminhado nesse sentido, mas há muito a fazer ainda...”
2	“Quer-me parecer que sim. No que se passa em Portugal em termos da realidade nacional, de arquitetura do sistema e de cooperação internacional, não há modelos ideais. Já avançámos bastante e estamos, quer-me parecer, com um nível bastante eficaz e eficiente nesses padrões que estabelece (...) Em termos de segurança interna e de cooperação internacional creio que será razoável dizer que o nível é muito bom/aceitável em termos daquilo que eu conheço e dos objetivos a que nos temos proposto. Creio que sim.”
3	“Penso que sim, as coisas têm funcionado, mas é óbvio que podem funcionar melhor (...) Esta relação com as autoridades estrangeiras, a cooperação internacional é fundamental. Por isso é que depois há aqueles organismos de cooperação que são fundamentais porque normalmente no TSH há sempre os países de origem, destino e de trânsito (...) há os organismos internacionais que conhece nomeadamente a INTERPOL, a EUROPOL, e podemos sempre recorrer ao gabinete SIRENE, o centro de cooperação policial e aduaneira que também tem funcionado muito bem, mesmo a este nível. É um ponto que conhece, também o CCPA, em que são vários os elementos, PSP, GNR, PJ, SEF, e as pessoas lá entendem-se e partilham informação e estão ali com o pessoal da polícia e Guardia Civil espanholas e a informação circula e acaba por ser muito mais célere do que estar a recorrer à INTERPOL ou à EUROPOL. Pelo menos aqui connosco a coisa tem funcionado. De maneira que na cooperação internacional temos que recorrer a estes organismos.
4	“Eu penso que podia melhorar muito. Acho que o nosso de Sistema Segurança Interna é uma coisa relativamente recente, falando em concreto da figura do SGSSI, a única figura que tem nas suas competências coordenar e criar planos que coordenem e que garantam o cumprimento do dever de colaboração entre todos os OPC's. É uma estrutura com poucos anos, com poucas pessoas. É uma estrutura com um pendor se calhar demasiadamente estratégico e pouco operacional e por isso ainda há hoje em dia muitas falhas no sistema, em termos de cooperação policial interna a nível nacional (...) A nível internacional, o sistema, é um sistema que já está montado há muitos anos. É o sistema da EUROPOL dentro dos países da UE, da INTERPOL relativamente ao resto do mundo. Os canais existem, estão abertos, nós às vezes gostávamos que eles fossem mais rápidos, que funcionassem de uma maneira mais rápida, mas eu penso que aí a questão está devidamente disciplinada, está devidamente estruturada. É uma questão só eventualmente de afinar aí uma ou outra coisa. Acho que a nível interno temos mais limitações.”
5	“Há, ao nível da investigação policial há equipas que trabalham em parceria dependentemente dos casos obviamente ...”
6	“Têm vindo a ser dados passos significativos em termos de cooperação internacional, nomeadamente através da FRONTEX, neste momento a agência responsável. Também outros organismos da ONU têm chamado a atenção para estes problemas. O nosso SEF também tem dedicado alguma atenção, inclusivamente há cerca de 2 anos fez um prospeto sobre o TSH, que alertou de certo modo para a

	problemática aqui no nosso país.”
7	“este crime é uma preocupação das instâncias internacionais, é uma grande preocupação a nível das Nações Unidas, através das Convenções contra o tráfico, é uma preocupação da UE. Existe inclusive ao nível da UE um mecanismo que é denominado por GRETA, que é um grupo de trabalho internacional neste âmbito que verifica como é que os países estão a adotar e implementar as recomendações e diretivas da UE. (...) se este trabalho é eficaz no combate não consigo responder porque a visibilidade do fenómeno é aquela que é. Agora que quando os casos são detetados a cooperação internacional funciona, parece-me que sim (...) parece-me que esses mecanismos funcionam, aliás é um crime que é visto como prioritário pela UE e que a própria EUROPOL trata de uma forma prioritária...”
8	“A cooperação a este nível e o trabalho a este nível tem sido feito todo em cooperação com o OTSH, em coordenação com o OTSH e ações coordenadas diretamente entre as forças, nomeadamente no nosso caso, com o SEF. (...) Todas as coordenações relacionadas com o PNCTSH, todas as operações, são coordenadas a este nível interforças ou no âmbito do OTSH. Estou a dizer isto porque quando às vezes falamos em Sistema Nacional de Segurança Interna somos levados também a pensar no Secretário-Geral do SSI e todo o Staff associado a isso e as coordenações neste âmbito não têm passado por aí, sem prejuízo de poderem vir a passar no futuro, mas de forma geral tem funcionado bem. A nível internacional, em termos de cooperação e troca de informação, acontece regularmente com as autoridades espanholas por motivos óbvios. Também tem sido recebida através do Observatório, muito por via do trabalho da coordenadora principal. Já foram conseguidas ligações com o embaixador romeno que tem dado informação que de outro modo seria mais difícil de obter pelas vias normais. Mas tem funcionado relativamente bem esta cooperação. Também estamos cada vez mais despertos para a troca de informação ao nível da EUROPOL e INTERPOL.(...) agora trocamos diariamente informações. Temos pedidos deles a que nós damos resposta e vice-versa, portanto esta troca está a funcionar relativamente bem.”
9	“Do ponto de vista da cooperação internacional e esta cooperação internacional que é estabelecida também a nível dos próprios OPC’s, (...) num ou noutro processo em que se investigava a prática do crime de TSH foi de facto através desta cooperação internacional estabelecida entre o OPC nacional e congéneres de outros países através da coordenação da EUROPOL. Porque a EUROPOL é, digamos a nível internacional, digamos a congregação de polícias que têm competência e podem inclusivamente encetar investigações no que a este crime diz respeito. (...) Portanto desse ponto de vista parece-me eficaz. A experiencia que eu tenho foi muito positiva. Isto do ponto de vista da cooperação. E de facto não só é eficiente como é adequada e conseguimos efetivamente obter os resultados que se pretendem. E depois em termos de análise e tratamento dos dados também é muito boa porque a EUROPOL no caso concreto tem uma série de analistas...”

Análise da Questão n.º2: Ao nível do Sistema Nacional de Segurança Interna poderia ser mais eficaz e eficiente. Este sistema é relativamente recente. A figura do Secretário-Geral do SSI e de todo o staff associado tem competência para coordenar e criar planos que permitam garantir o cumprimento do dever de colaboração entre os OPC’s, mas esta não tem passado habitualmente por aqui.

No que diz respeito à cooperação internacional esta é de extrema importância e tem sofrido um desenvolvimento notável. Esta cooperação tem passado pela FRONTEX, EUROPOL, INTERPOL, CCPA’s, gabinete SIRENE e os resultados obtidos têm sido

excepcionais e uma mais-valia uma vez que este crime tem um carácter sobretudo transnacional.

4.1.3. Apresentação e análise da questão n.º 3

Questão n.º 3: Considera que o trabalho desenvolvido (operacional e de investigação) no seu combate é proporcional à sua dimensão?

Quadro 5 – Análise de resultados obtidos na Questão n.º 3

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“Eu considero que tem sido adequado (...) tem sido adequado àquilo que temos de facto combatido e à realidade com que nos temos deparado (...) Acho que não podemos ficar satisfeitos, acho que se tem que ir muito mais além e as ferramentas que adquirimos neste combate que vamos fazendo já nos permitem dizer e avançar com outro tipo de propostas...”
2	“A dimensão do fenómeno sobrepõe-se sempre àquilo que as autoridades conseguem investigar (...) Com certeza que o volume ou a dimensão dos casos será em regra superior, multiplicam-se por eles próprios, mas quer-me parecer que nas principais áreas Portugal está a acompanhar e de alguma forma estão a ser investigadas aquilo que são as novas tendências e aquelas que já são conhecidas estão também de alguma forma acauteladas. Alguns, para além da investigação já com condenações que é no fundo o grande objetivo desta matéria, e com o desmembramento das redes que estão associadas a estas questões do tráfico de pessoas.”
3	“Há seguramente algum que nos escapa, temos conhecimento de algum que nos é participado, algumas situações que nos são comunicadas e esses são investigados. Alguns chegam ao fim e outras não, mas temos a noção clara de que neste momento a polícia que investiga este fenómeno não abarca toda a atividade criminosa nesta situação de TSH.”
4	“Eu acho que se tem feito muita coisa nos últimos anos relativamente ao TSH e tem-se feito uma série de investigações e uma série de processos, mas tendo em conta que a ideia que eu tenho é que a realidade será muitíssimo superior àquilo que nós investigamos eu acho que nós aí também temos que fazer um <i>mea culpa</i> e de facto se calhar não. (...) existe aí um universo tremendo de situações que precisavam de ter um olhar mais atento e que precisavam de ser investigadas mais a fundo. Por isso acho que não.”
5	“A nível de sensibilização e de projetos, neste âmbito posso dizer que sim (...) O esforço que nós colocamos em questões de organização, publicações, workshops, etc. Por exemplo, tivemos uma exposição itinerante que esteve em mais de 17 locais que cobriu a zona norte e centro, com ações de formação que já fizemos, é muito grande. Somos convidados para dar formação tanto à GNR, como à PSP, quer à PJ, participamos sempre que possível, vamos a escolas. Fizemos a tradução para português, em que juntámos uma equipa de apoio, de um manual contra o tráfico para profissionais do sistema de justiça penal.”
6	“É, eu julgo até que nós somos o único país na Europa que temos um serviço autónomo de estrangeiros e de fronteiras que se dedica mais a isso, o que não acontece noutros países europeus que têm digamos assim, problemas ainda maiores que o nossos e nós temos um serviço específico para tal. Eu acho até que está desproporcionado, ou seja, nós temos até meios a mais para aquilo que é o problema.”
7	“Julgo que sim. No caso da GNR, tem sido recomendado aos Comandos territoriais que façam especial empenhamento na fiscalização desses locais e não apenas para identificar os estrangeiros em situação irregular mas também para verificar se esses cidadãos possam eventualmente estar a ser alvo de situações de tráfico. De facto esse esforço tem sido feito.”

8	“...penso que atendendo aos indícios que temos todos do número de pessoas que poderão estar ou não, ao conhecimento que já há das redes, penso que de grosso modo é adequado o trabalho que é feito em relação àquilo que será a dimensão do fenómeno.”
9	“Eu dir-lhe-ia que não. Eu dir-lhe-ia que há muito mais situações de TSH do que aquelas que efetivamente são detetadas. Considero que tem vindo a ser feito um esforço nomeadamente por parte das autoridades policiais e na sua vertente de OPC relativamente a essa matéria, assim como também da parte do OTSH no sentido de uma maior sensibilização e preparação para esse mesmo fenómeno. (...) Acho que nós não deixaremos nunca de ser local de passagem e de permanência durante algum tempo, nas rotas de TSH e nessa medida eu acho que de facto o combate não é proporcional à dimensão do fenómeno e que o verdadeiro fenómeno ainda não é conhecido até porque tendemos a olhar para este fenómenos enquadrando-o noutros tipos legais, noutras realidades jurídicas ou jurídico-penais e portanto ele perde-se logo aí. Há ainda uma falta de sensibilidade.”

Análise da questão n.º 3: De forma geral o trabalho tem sido adequado e proporcional. No entanto é necessário haver um esforço maior e uma maior sensibilização dos atores envolvidos porque as condenações tendem a ser enquadradas em outros crimes conexos, sendo esta uma realidade que é difícil de detetar e por isso o número de casos de vítimas deve certamente ultrapassar os que são lançados nos relatórios oficiais.

4.1.4. Apresentação e análise da questão n.º 4

Questão n.º 4: Quais os crimes conexos com o TSH, com maior relevo do ponto de vista operacional e de investigação?

Quadro 6 – Análise de resultados obtidos na Questão n.º 4

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“... eu diria o lenocínio (...) falsificação de documentos (...) branqueamento de capitais...”
2	“Classicamente os que estavam associados tinham a ver em regra com a exploração da prostituição com o lenocínio, se bem que nos últimos anos se tem verificado uma tendência para novas práticas criminais (...) fortes suspeitas de haver menores ligados também à prática de furtos, eles próprios (...) tráfico de droga (...) segurança ilegal...”
3	“Os que aparecem normalmente é o sequestro, o rapto, o lenocínio, o auxílio à imigração ilegal, falsificação de documentos, às vezes algum tráfico de estupefacientes à mistura...”
4	“...tráfico de estupefacientes (...) lenocínio (...) alguma falsificação de documentos (...) branqueamento de capitais (...) escravidão (...) ofensa à integridade física (...) sequestro (...) maus tratos...”
5	“...lenocínio (...) escravidão (...) auxílio à imigração ilegal, embora já tenha sido mais comum...”
6	“...lenocínio (...) furtos e por vezes até o sequestro.”
7	“...lenocínio (...) auxílio à imigração ilegal (...) casamentos por conveniência (...) utilização de menor na mendicidade”
8	“Lenocínio (...) burla (...) utilização de menor na mendicidade (...) furto...”
9	“...desde a coação, à ameaça, ao lenocínio, ao auxílio à imigração ilegal, à própria escravidão (que havendo uma relação de concurso se deverá a punição ocorrer por escravidão porque tem uma punição mais grave do que no TSH), a falsificação de documentos, ocultar/danificar/destruir os documentos de identidade ou de viagem da vítima que é também uma forma de agravação do próprio tráfico. Também o rapto, o sequestro...”

Análise da questão n.º 4: Os crimes que mais se destacam são: o lenocínio, o auxílio à imigração ilegal, tráfico de estupefacientes, utilização de menores na mendicidade, furto, rapto, sequestro, falsificação de documentos, escravidão, burla, branqueamento de capitais, casamentos por conveniência, coação, ofensa à integridade física, maus tratos, segurança ilegal.

4.1.5. Apresentação e análise da questão n.º 5

Questão n.º 5: Que importância como OPC, assume a GNR (ou pode assumir) no âmbito do combate ao TSH?

Quadro 7 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 5

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“...com a vantagem que a GNR tem de ter um potencial de gente na rua, até pelo número de pessoas e pela forma como estão distribuídos que podem contactar com muito mais facilidade se calhar com algum tipo de situações e sinalizá-las (...) a GNR tal como a PSP, têm a capacidade de no terreno detetarem situações deste género e de eventualmente as canalizarem quer para a PJ quer para o SEF, mas também colaborarem se necessário em diligências que sejam necessárias em termos de investigação”
2	(Não respondeu)
3	“A GNR como polícia de proximidade tem um papel importantíssimo na deteção destas situações, depois é óbvio que a investigação pertence a outros OPC’s, mas de qualquer forma pode sempre iniciar, pode recolher informação importantíssima para, enfim, é o pontapé de saída e sobretudo as pessoas estarem sensibilizadas para o fenómeno, isso é que é importante. Vamos supor que aparece uma pessoa maltratada no centro de saúde, chamam a GNR ou a PSP, as pessoas não se lembram que é da competência da PJ, o cidadão comum não tem de saber isso pelo que recorrem à GNR. Se as pessoas estiverem informadas, essa pessoa for levada para o posto ou alguém do posto for falar com essa pessoa e começar a perceber que há sinais claros de alguém que foi vítima de tráfico de pessoas.”
4	“A GNR tem um papel fundamental (...) sobretudo na competência preventiva. (...) Conta com um corpo, em termos de elementos humanos, substancial. Tem uma área superior a metade do país na sua competência e por isso é fundamental em termos de prevenção (...) Portanto a GNR tem um papel fundamental neste e noutros crimes, que não são crimes da sua competência investigatória, mas dos quais ela recolhe informação, porque naturalmente as polícias quando estão implantadas no terreno e todas as polícias acabam por recolher muita informação que não sendo útil para elas próprias, pode ser útil para os parceiros, para as outras polícias e por isso tem um dever, um dever que está consagrado na lei, de tentar recolher o máximo de informação possível e de passá-la a escrito e fazê-la chegar às entidades competentes (...) além de todos os outros papéis que a GNR pode ter em termos de apoio de uma investigação deste tipo, nomeadamente com as suas unidades especiais, cinotécnicas (...) Aquilo que eu vejo são sobretudo competências para a GNR, em termos daquilo que é a prevenção criminal, na recolha de informação e na obstaculização do cometimento de crimes através de flagrantes delitos, através da salvaguarda da vida das pessoas.”
5	“É fundamental. Sendo uma polícia de proximidade é fundamental estarem alerta e atentos porque são as primeiras entidades que podem sinalizar vítimas, naturalmente muito mais do que o próprio público em geral (...) Se a GNR e a PSP não sinalizarem situações menos claras e sendo vocês que estão no terreno é muito difícil o SEF e a PJ tomarem iniciativas porque vocês cobrem o território todo...”
6	“A Guarda tem na sua missão, no Art.º 3º, uma das missões é colaborar com o controlo das pessoas no interior do território. Normalmente o tráfico de seres humanos está associado a cidadãos estrangeiros. Portanto a Guarda com a sua dispersão e com a sua implementação tem um papel muito importante no controlo desse tipo de pessoas e detetar essas situações e deverá no meu ponto de vista, enquanto OPC de competência genérica, também ter mais atuação nessa área.”

7	“Acho que a GNR essencialmente assume uma importância muito grande a nível da deteção e da sinalização porque cobrimos cerca de 95% do território, temos o mar territorial, temos uma série de valências, possuímos a maior capacidade de pesquisa de informação do país. (...)a verdade é que a Guarda tem uma amplitude de implantação territorial que se bem aproveitada é fundamental na deteção deste tipo de situações...”
8	“a realidade é que a GNR está presente em 95/96% do território nacional, portanto é a melhor força para poder logo fazer a deteção inicial de casos suspeitos, para poder fazer a sinalização inicial. (...) somos talvez das forças mais importantes para a prevenção e para a primeira sinalização.”
9	“A GNR tem duas funções: uma função de policiamento de proximidade que é chamada polícia administrativa ou polícia de segurança pública, salvo seja, e tem a vertente de OPC. Ora é precisamente aí e no terreno que eu acho que a GNR é uma mais-valia. Melhor do que ninguém conhecerá o meio onde exerce as suas funções, melhor do que ninguém terá relacionamentos privilegiados com as pessoas que aí se encontram e portanto enquanto OPC que possa colaborar com os OPC que têm competência reservada e partilhada. (...) para mim a função da GNR é fundamental, até, não só na prestação, digamos na recolha dos primeiros elementos do crime que à partida até se nos pode afigurar que é um dos crimes conexos. Imaginemos o caso do lenocínio. (...) O controlo do movimento de uma determinada casa, o controlo do movimento de uma determinada zona, o tipo de pessoas ou a identificação das pessoas que frequentam, etc, esse papel é fundamental. E, a interligação e a colaboração entre os órgãos de polícia criminal será fundamental sendo que até alguns casos poder-se constituir equipas mistas seria o mais adequado.”

Análise da questão n.º 5: A GNR assume um papel extremamente importante. A sua função de policiamento de proximidade permite estabelecer um contacto estreito junto da população e dada a sua dispersão territorial que a leva a ocupar mais de 90% do território nacional, assumindo um papel particularmente importante na deteção, sinalização e prevenção do TSH. Pode ainda ser determinante para a recolha dos meios de prova e auxílio às investigações através das suas unidades especiais.

A GNR tem capacidade de, no terreno, detetar situações deste género e de eventualmente as canalizar quer para a PJ quer para o SEF. Melhor do que ninguém conhece o meio onde exerce as suas funções e melhor do que ninguém terá relacionamentos privilegiados com as pessoas que aí se encontram e portanto enquanto OPC que possa colaborar com os OPC que têm competência reservada e partilhada.

4.1.6. Apresentação e análise da questão n.º 6

Questão n.º 6: Acha que a GNR dispõe de meios/recursos que permitam colaborar no combate ao TSH?

Quadro 8 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 6

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“Não tenho a menor dúvida (...) Acho que a GNR tem meios humanos sem dúvida nenhuma, meio materiais também tem muitos meios, também fruto das operações a nível internacional em que vocês participam e que vos deram acesso a uma série de meios...”
2	(Não respondeu)
3	“A GNR está implantada em todo o TN, tem muita gente, também está na malha urbana, mas sobretudo na malha rural, porque muitas das situações também nos aparecem nas zonas rurais, muitas discotecas, muitas boates, quando se trata da exploração sexual, mas também na exploração laboral vão aparecendo algumas situações em alguns trabalhos agrícolas, mesmo nas obras nas aldeias. É óbvio que na exploração laboral é mais na cidade, é onde há mais construção, mas de qualquer forma acho que a GNR está implantada em todo o território e tem alguns meios que são importantíssimos para ajudar a combater este fenómeno.”
4	“Dispõe com certeza. É uma das polícias principais que nós temos no nosso país que nunca pode ser esquecida, nem afastada de qualquer tipo de estratégia. Tem meios humanos e meios materiais de excelente qualidade, tem recursos humanos muito dedicados, tem as melhores referências e eu tenho trabalhado com eles várias vezes e sou testemunha disso mesmo, por isso têm um papel muito importante.”
5	“Acho, porque a primeira função é aqueles que estão na rua fazerem a sinalização e a denúncia. Se eles não começam por usar a pessoa que está na rua, então não há maquina que ajude. Portanto se têm recursos, têm, é agarrar no telefone e fazer a denúncia ou utilizarem os vossos procedimentos que devem estar mais do que estabelecidos.”
6	“A GNR penso de todas as forças penso que até é aquela que mais colabora com o SEF nessa matéria, em especial nós aqui também, a nossa unidade, a UCC. Portanto, continuo convencido que a GNR juntamente com a outra força policial importante que é a PSP, podem assegurar perfeitamente esse tipo de funções.”
7	“Dispõe, a GNR dispõe dos meios e recursos. (...) Os meios existem, as competências para a deteção existem e até para a prevenção. Mas depois se esses recursos são orientados para o combate ao TSH já é outra questão. E posso-te dizer que não é o enfoque principal. Acredito que quando surja que haja uma particular atenção, mas é preciso surgir porque se não surgir não nos cabe a nós investigar sequer. Embora nos caiba estar atentos a situações que possam existir.”
8	“...o nosso dispositivo e a sua amplitude e é perfeitamente adequado ou suficiente. Aquilo que ainda não está completo, mas que temos vindo a fazer esse esforço é o treino e formação que esse pessoal necessita para poder fazer este trabalho em condições...”
9	“Pois acho que sim. Se falamos em meios humanos e técnicos têm recebido cada vez mais formação nessa área, têm demonstrado ter uma maior preparação e uma maior apetência para essa mesma realidade, e portanto acho que é só uma questão de melhor executarmos aquilo que já sabemos, mas todos.”

Análise da questão n.º 6: A GNR dispõe dos meios e dos recursos humanos e materiais excelentes e de grande qualidade que lhe permitem colaborar no combate ao TSH nomeadamente em diligências que sejam necessárias em termos de investigação. Tem vindo a ser feito um esforço para que este fenómeno seja englobado na formação dos meios humanos. A GNR tem as melhores referências e a sua preparação é reconhecida pelos outros OPC's no âmbito das várias colaborações que têm havido.

4.1.7. Apresentação e análise da questão n.º 7

Questão n.º 7: Considera que seria relevante a GNR ter competências que permitam colaborar no combate ao TSH?

Quadro 9 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 7

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“Sim e não (...) É sempre difícil perguntar a um OPC se quer que mais outro se junte em termos de competências de investigação, porque as pessoas têm tendência a preservar as suas áreas e isso é um facto (...) Em todo o caso eu atrever-me-ia a dizer que infelizmente nas áreas do crime há trabalho que chegue para todos. Se a GNR viesse a ter competências nesta área, desde que haja uma boa coordenação a nível nacional e uma boa partilha de informação, não causaria perda, seria mais um elemento, portanto não acho que isso fosse contraproducente, desde que isso não significasse mais eventualmente uma dificuldade de cooperação (...) não me parece que fosse essencial, porque acho que também a GNR tem bastante com que se entreter, diga-se de passagem...”
2	“eu acho que dentro da arquitetura do sistema todos têm que ter como prioridade esta matéria, mais não seja a Guarda pela sua dispersão territorial, pelo conhecimento que tem da realidade e pelas informações que detém, com certeza que sim, é uma mais-valia em termos de conhecimento e de partilha de informação. Coisa diferente são ações de investigação, que essas ações, com certeza as informações são importantes, mas obrigam à utilização talvez de algumas técnicas e conhecimentos (...) obriga a um conhecimento profundo das comunidades, das suas práticas culturais, étnicas e portanto é preciso algum investimento para desenvolver uma competência. A Guarda com certeza que a tem (...) Acho que todos são poucos.”
3	“...Eu penso que as coisas neste momento estão bem assim, mas pode-se sempre melhorar. A investigação compete ao SEF e à PJ, digamos que temos dois organismos que fazem a investigação. Às vezes até o facto de serem dois organismos também acaba por não ser positivo. Portanto se houver mais gente a investigar isso pode não ser positivo. Agora que esteja toda a gente empenhada e sensibilizada, isso é fundamental.”
4	“Não em termos de investigação porque é esse o esquema que está montado em termos de lei. No dia em que alterarem a lei, com certeza. Agora, ainda que não tenha essa competência para a investigação tem um papel fundamental na recolha de informação e na passagem dessa informação e no apoio das solicitações que lhe possam ser feitas no decurso de uma operação a realizar nesse tipo de investigações.”
5	“São poucas as sinalizações de vítimas por parte da GNR, portanto parece-me um bocado ambicioso que assumam as investigações. Talvez se sinalizassem mais, iria haver mais investigações e assim poderiam obter essa competência.”
6	“A GNR de certo modo já participa, mas é uma questão de participação, não tem competência própria. (...) Penso que a GNR poderia ter mais competências até porque eu entendo que a GNR devido às suas capacidades, deveria assumir não só essa área mais também outras.”
7	“alargar as competências para a Guarda eu digo-te que não. Porque acho que há outros tipos de criminalidade que são muito mais relevantes que essas competências sejam alargadas para a Guarda. Por exemplo o roubo com arma de fogo, porque muitas vezes a PJ com a implementação territorial que tem não consegue cobrir todo o território. Muitas vezes esse tipo de criminalidade está conexas com outro tipo de criminalidade como o furto ou com outros crimes que são da nossa competência e cria-se aqui uma descontinuidade a nível da investigação que na minha perspetiva não faz sentido. (...) dado o número de ocorrências que são sinalizadas se calhar até

	faz sentido que seja um número restrito de pessoas a trabalhar este tipo de matérias. (...) Não vejo que se ganhe no combate ao fenómeno ao alargar as competências à PSP e à GNR...”
8	“Não. Neste caso específico, haverá outros casos que a Guarda tem, pela sua dispersão, já pelas características que tem, pelo seu <i>know how</i> , que até podia ter muitas mais competências a nível legal. Neste caso específico penso que não se justifica estar a dispersar, isto são conhecimentos muito especializados e por isso não se justifica estar a dar mais competências legais à Guarda ou até mesmo à PSP para este aspeto...”
9	“Eu não alteraria as competências do ponto de vista da investigação, ou seja, eu manteria a competência reservada da PJ partilhada com SEF no que diz respeito ao tráfico de não nacionais. (...) Portanto acho que sim, que seria vantajoso, não do ponto de vista do aumento de competências, mas de usar aquelas que já têm e de as conjugar com quem tem competência reservada nesta matéria para proceder à realização das investigações.”

Análise da questão n.º 7: Não se afigura relevante que a GNR assuma competências de investigação no que concerne ao TSH. A investigação deste tipo de crime exige conhecimentos e técnicas especializadas na sua investigação. A investigação deste crime já é partilhada pelo SEF e pela PJ pelo que, existir mais uma força a investigar este crime poderia não ser benéfico, carecendo de elevada cooperação e coordenação. Além disso, a GNR já se depara com inúmeros crimes da sua competência exclusiva no dia-a-dia pelo que, não seria pertinente inserir o TSH nas suas competências tendo em conta a especificidade e os contornos do mesmo.

No entanto, se a GNR viesse a ter competências nesta área, desde que haja uma boa coordenação a nível nacional e uma boa partilha de informação, não causaria incómodo, desde que isso não significasse mais, eventualmente, uma dificuldade de cooperação.

4.1.8. Apresentação e análise da questão n.º 8

Questão n.º 8: Que cooperação/coordenação é que existe entre as várias FFSS no que diz respeito ao TSH? Acha que essa coordenação é eficaz?

Quadro 10 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 8

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“Cooperação eu acho que existe, se calhar não muito institucionalizada, mas a nível do próprio terreno porque de facto as polícias entendem-se no terreno (...) A nível do terreno e entre as forças existe cooperação (...) Se ela está muito bem coordenada a nível mais institucional, se calhar poderia estar melhor (...) Não acho que a coordenação neste momento seja 100% eficaz, acho que se tem trabalhado para isso e que se nota francas melhorias a esse nível...”
2	“A cooperação neste momento está a ser feita. A cooperação interna está a ser feita num vetor que incluía coordenação em termos da UE. Sendo este um fenómeno transnacional, concluiu-se que por muito esforço que se faça em Portugal, se não se envolver os outros estados-membros, nós corremos o risco de estarmos a fazer um trabalho fantástico e no fundo esse trabalho ser comprometido por haver deslocalização das redes porque alguém está a investigar num outro lado e as redes deslocalizam-se para aqui (...) A cooperação existe e funciona. As pessoas no fundo que trabalham nestas áreas conhecem-se, os mecanismos existem. O que me parece talvez mais importante do que a coordenação entre as FFSS que já é efetiva e de alguma forma creio que está num patamar bastante aceitável, tem a ver com a necessidade de trazer para este mundo das FFSS, todos os outros atores que são importantes (as ONG’s e as Organizações Internacionais) porque apesar de pertencerem a mundos diferentes das FFSS eles são muitas vezes detentores da informação que terão que ser partilhadas connosco (...) A coordenação pode funcionar caso a caso ou com uma equipa permanente...”
3	“No que diz respeito à investigação é competente o SEF e a PJ. Por norma e o que diz a LOIC quem toma primeiro conta da investigação é quem investiga a não ser que haja entendimento contrário por parte do MP. E temo-nos entendido. Muitas vezes temos conhecimento de situações que já estão a ser investigadas pelo SEF e comunicamos isso ao SEF e ao MP para que a investigação seja encaminhada para ali e vice-versa. Já tem acontecido estarmos a fazer investigações paralelamente e depois chegarmos a um ponto em que nos reunimos com o magistrado titular e definimos, quem está melhor posicionado naquele momento é quem segue com a investigação.”
4	“Se existe cooperação e coordenação, existe. Se existe uma cooperação e uma coordenação que seja estruturada, organizada, sistemática, automatizada, não existe. Se devia existir devia, se tínhamos alguma coisa a ganhar com isso, muito e iríamos ter imensas coisas a ganhar com isso. Devíamos começar desde logo todos nós, todas as polícias, por ter um sistema de informações único. (...) aquilo que existe hoje em dia é a coordenação feita com base no caso a caso, com base no problema que surge, surge um problema, surge uma situação, ouvimos dizer que pode haver qualquer coisa na GNR, e então é feita uma chamada. (...) aquilo que existe hoje em dia é um sistema arcaico com base no caso a caso e do qual a cooperação vai andando, mas não é uma coisa organizada nem sistemática como tinha que ser e por isso acho que aí existe um caminho muito grande a percorrer...”
5	“Sim, à partida seria eficaz se houvesse casos sinalizados. Quanto menos trabalho produzem, menos possível é verificar as questões de coordenação e de cooperação. Há pouco para cooperar, quando há pouca sinalização.”

6	<p>“A cooperação é um dos deveres de todos os OPC, é um dever que vem estabelecido na lei. Evidentemente que, ela existe, penso que está a funcionar conforme é possível.”</p>
7	<p>“Coordenação é simples. Quando um OPC deteta uma situação comunica ao OPC competente. É uma coisa caso a caso. Aliás e se não o é, está fora da lei, porque se tu estás a trabalhar num outro tipo de criminalidade qualquer a nível da investigação e deparaste com um crime que não é da tua competência, não é da competência da Guarda, tens obrigação de o comunicar ao OPC competente e à AJ. E a colaboração existe. Essas ações são coordenadas quer a nível da troca de informação quer a nível da própria ação tático-policia caso seja necessária. (...) Depois a nível de outros fóruns (...) acho que o OTSH tem aqui um papel importante porque põe em contacto os OPC's. Cada OPC tem lá um representante. O representante tem obrigação de acompanhar todos os casos que são sinalizados pela força de segurança que representa e se necessário trocam informação sobre casos concretos, portanto acho que é um bom fórum para coordenação neste âmbito específico. No resto os mecanismos de coordenação são os que existem para a restante criminalidade, temos o SICOP, a UCAT (Unidade Contra Terrorista), que em caso limite também pode servir para partilha de informação neste âmbito, e depois o Sistema de Segurança Interna. A nível local há a coordenação local entre as pessoas que são responsáveis pela área de investigação da Guarda e da PSP, penso que também se sucede, bem como da PJ e do SEF.”</p>
8	<p>“Tem vindo a aumentar e melhorar. Nós, uma das coisas que auxilia a aumentar e tem ajudado é o contacto entre os coordenadores das diversas forças. Nós fazemos reuniões no mínimo trimestrais, mas muitas vezes mais entre os responsáveis das várias forças neste âmbito junto com o OTSH em que além de tratarmos dos assuntos de natureza global, da parte estatística, dos planos etc, falamos dos casos concretos e podemos ir àquela questão de preparar operações conjuntas. Além disso a nível regional, é cada vez mais frequente, e isto também te a ver com a sensibilização do nosso pessoal para esta questão, a coordenação com as estruturas regionais do SEF para se fazerem operações conjuntas...”</p>
9	<p>“Se conseguíssemos um dia transpor esta questão da centralidade de cada uma das FS, estarem muito viradas para si próprias. Eu tenho visto com algum agrado que apesar de tudo, quer a GNR quer o SEF têm conseguido trabalhar quase, não criando equipas, mas têm conseguido trabalhar lado a lado neste tipo de situações. Nomeadamente quando de facto vai para a vossa área de competência territorial e é lá que vai desenvolver essa mesma investigação. E dos casos que eu conheço essa colaboração tem sido muito boa de parte a parte. (...) Esta cooperação diria eu que nem sempre é eficaz. Casuisticamente é eficaz. Há uma ou outra situação em que as pessoas se juntam e trabalham muito bem, mas é casuisticamente.”</p>

Análise da questão n.º 8: A cooperação/coordenação que existe é sobretudo pontual e funciona bastante bem, sobretudo pelas pessoas que estão no terreno que se conhecem e estabelecem contacto entre si. No entanto esta cooperação não é sistematizada, automatizada e institucionalizada e nesse aspeto poderia funcionar melhor. No terreno revela-se eficaz e funciona extremamente bem.

4.1.9. Apresentação e análise da questão n.º 9

Questão n.º 9: Esta cooperação/coordenação poderia envolver a GNR e as outras FFSS?

Quadro 11 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 9

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“Tem que envolver, necessariamente tem que envolver. Não acredito mais que num país tão pequeno não seja possível fazer este tipo de cooperação e de coordenação que é essencial. Os caminhos que têm feito são positivos...”
2	“Penso que sim (...) No que diz respeito ao SEF posso-lhe testemunhar que em termos nacionais, nós, com todas as entidades que estão envolvidas nesta área e aquela com quem mais trabalhamos é efetivamente a Guarda, a cooperação só posso qualificar como excelente (...) Temos tido excelentes cooperações, bons resultados, mas com certeza que há lugar a desenvolvimento (...) Posso testemunhar que tem sido uma cooperação exemplar...”
3	“Claro que sim, tem que envolver e isso envolve efetivamente.”
4	“Tem que envolver. (...) seja com a criação de uma polícia única, seja com a criação de uma polícia de investigação única que é outra das possibilidades, seja com o melhorar da cooperação e da coordenação entre as forças policiais, nós temos que contar com todos. (...) Cada um tem o seu papel e temos todos de trabalhar em conjunto, não pode ser de outra maneira.”
5	“Naturalmente. Se nós pensarmos em termos de workflow, o ideal seria a PSP e a GNR sinalizarem massivamente questões de tráfico. Depois estas sinalizações vão para investigação no SEF e na PJ. Sendo que, quanto maior for o número de sinalizações feitas, maior será o número que eventualmente o MP delega para investigação aqui.”
6	“Sim, sem dúvida. A GNR já colabora como digo numa missão de colaboração com as entidades responsáveis pela investigação, nomeadamente o SEF.”
7	“Com certeza, tem que envolver.”
8	“Sim, sem dúvida. Tem aumentado nos últimos tempos o nível de operações conjuntas. Anteriormente havia mais, havia a coordenação posterior à deteção, ou seja nós detetávamos o caso e depois então havia a coordenação e o envolvimento uns com os outros, e agora muitas vezes esse trabalho é feito desde a origem. Portanto se há algum indício de que poderá haver numa zona algum crime deste tipo, já é feita uma operação conjunta, portanto estão lado a lado no terreno, a trabalhar. (...) O nível tem vindo a melhorar e a aumentar.”
9	“Com certeza, pode e deve envolver. Uma participação mais ativa e conjunta seria muito mais eficaz.”

Análise da questão n.º 9: Esta cooperação pode e tem por diversas vezes envolvido a GNR. A GNR desempenha um papel decisivo na sinalização bem como, no auxílio da investigação destes casos e na cooperação/coordenação com os outros OPC's tem sido exemplar. Portanto a cooperação e coordenação têm que necessariamente envolver a GNR.

4.1.10. Apresentação e análise da questão n.º 10

Questão n.º 10: De que forma é que esta cooperação/coordenação se poderia materializar?

Quadro 12 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 10

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“O PIIC é um bom caminho, indiscutivelmente. Seja aquilo de facto dotado da necessária operacionalidade. Porque se for dotado da necessária operacionalidade e se as pessoas de facto partilharem, através da plataforma comum a informação criminal necessária, isso já vai incrementar imenso que não haja sobreposições, que haja cooperações e etc de uma forma quase automatizada e isso é muito positivo (...) se calhar deveriam ser estimulados mais órgãos, não só a nível de um topo, como um Conselho Coordenador de Segurança e por aí fora, mas se calhar a nível sectorial entre as forças, de uma forma mais institucionalizada e que não fosse só porque há um bom relacionamento no terreno. Era bom que houvesse também ao nível de quem está no terreno que houvesse também alguma institucionalização que de facto fomentasse esta cooperação de uma forma quase rotineira. Não ser algo apenas caso a caso...”
2	“...a materialização advém um bocado da questão de estabelecimento de prioridades e de alocação de recursos. Aquilo que nas organizações se chama o esforço, advém do facto de você politicamente tem responsabilidade, estabelecer como prioridade, alocar os recursos, estabelecer metas...”
3	“É as pessoas estarem mais preparadas para o fenómeno, mais informadas. É importante não só ao nível dos oficiais mas sobretudo dos comandantes de posto e dos militares, eles terem conhecimento deste fenómeno e terem essa sensibilidade porque eles é que quando, conhecerem saberem que o fenómeno existe e saberem detetar esses sinais e saberem que podem estar perante uma situação de tráfico de pessoas.”
4	“Sistema único de informações, começar logo por aí. (...) Aquilo que falta é definir procedimentos e garantir o cumprimento desses procedimentos no respeito daquilo que é o dever de lealdade e de cooperação entre as forças policiais. Sem competições, sem vontades de levantar as bandeiras e sem andar aqui a entrar pelas competências uns dos outros. Portanto o sistema tem que ser esse, um sistema franco, aberto, baseado na cooperação onde as pessoas vão, mas vão para falar de problemas. (...) era bom haver de facto um sistema de informações único para começar, e depois haver seja o que for, seja officas de ligação, seja um encontro em gabinetes de coordenação, onde tivessem presentes todas as forças policiais, se queixassem dos problemas, levassem isso às mais altas esferas, assinassem documentos onde previam maneiras de proceder e de atuar.”
5	“Esta melhoria passa por sinalizar e isto tem que ser iniciativa da GNR e da PSP.” Devia talvez haver uma só força policial e dentro dessa força policial que englobasse a GNR PSP SEF e PJ porque assim haveria um só sistema de informações, um só sistema de comunicações, portanto uma polícia única, onde houvesse um departamento específico para estas questões.”
6	“Eu preferia que não houvesse tantos órgãos misturados porque isso só prejudica muitas vezes a investigação, mas fundamentalmente prejudica no meu ponto de vista a eficácia ao combate.”
7	“Os mecanismos estão agilizados. (...) a coordenação pode sempre ser melhorada. Primeiro a nível local acho que é importante que seja dito que a coordenação muitas vezes depende das pessoas. (...) Haver troca de informação que é aquilo que muitas vezes não é tão simples porque os sistemas das diversas FFSS, os sistemas de informação são estanques, ou seja, não intercomunicam. Neste momento foi criada a PIIC e o que faz é ir beber aos diversos sistemas um determinado conjunto de

	informação e depois essa informação pode ser consultada pelos outros OPC's. (...) já há muitos anos que se devia ter caminhado para um verdadeiro sistema integrado de informação criminal, acho que esse é o principal handicap de todo o nosso sistema de segurança interna. (...) Mesmo na Guarda, temos as limitações do SIOP que não cobre todo o território nacional e que tem algumas lacunas bastante acentuadas. (...) o fundamental era que existisse de facto um sistema integrado que possibilitasse a integração da informação criminal de todas as FFSS, acho que é por aí essencialmente..."
8	Acho que se houver uma maior sensibilização das pessoas que lidam efetivamente com o tráfico e que estão no terreno, isso só iria exponenciar esta cooperação. É preciso que todos sintam que têm um objetivo comum e estejam despertos para o fenómeno. Outra das formas seria por exemplo a criação de equipas mistas permanentes (...) Mas neste âmbito nunca surgiu, talvez porque também nunca tivemos muita dificuldade em coordenar (...) talvez porque nunca tenha havido dificuldade em coordenar entre os responsáveis regionais ou nacionais estas operações, nunca se fez nada neste âmbito o que não quer dizer que não fosse uma coisa que agilizasse e facilitasse ainda mais."
9	"Para mim as equipas mistas de investigação seria de facto o adequado. Não são tão difíceis de constituir quanto isso, pelo contrário. (...) Eu já trabalhei com situações em que se criou mesmo a equipa mista, não foi casuisticamente as pessoas uniram-se, foi no próprio processo criou-se uma equipa mista de investigação. No papel, com autorização do GCG da GNR, com autorização do Diretor Nacional do SEF, do PGR. Neste caso concreto GNR e SEF. Juntando os meios e os conhecimentos de cada um dos OPC's fazendo este trabalho conjunto pode de facto permitir uma obtenção de melhores e maiores resultados. Isto parece-me a melhor solução." Acho que o MP tem que assumir aqui também um papel que é o papel que lhe compete que é a direção do inquérito e de condução efetiva do inquérito. (...) Este tipo de processos necessita de um MP interventivo, que controle e acompanhe efetivamente a investigação a par e passo, até porque isso permitirá que tenha a perceção dos elementos que foram recolhidos, daqueles que importa recolher e estabelecer também embora os senhores tenham autonomia tática e técnica, mas estabelecer aquilo que são os objetivos da investigação, aquilo que se pretende alcançar. Até para deixarmos de lado aquilo que é colateral e de menor importância e se houver esta participação desde o primeiro momento, mais ativa, há um maior conhecimento desta realidade, há um maior conhecimento do processo e há também uma capacidade de em tempo útil se tomarem algumas decisões. Esta proximidade em relação ao processo é também por sua vez uma proximidade em relação ao OPC."

Análise da questão n.º 10: A criação de um sistema único de informações seria bastante útil, nomeadamente com a implementação do PIIC. Desta forma seriam evitadas sobreposições e seriam incrementadas as cooperações entre forças de uma forma mais institucionalizada.

A orientação do esforço dos vários OPC's no sentido de combater este crime também seria importante.

A criação de equipas mistas de investigação bem como o envolvimento, participação do MP na condução dos inquéritos estabelecendo as prioridades de acordo com os dados que vão sendo recolhidos, é uma tarefa fundamental. Este crime exige uma investigação bem direcionada e assertiva.

4.1.13. Apresentação e análise da questão n.º 11

Questão n.º 11: Que maximização poderia existir em termos da utilização do material humano e técnico da GNR na maior cooperação ou combate efetivo ao TSH?

Quadro 13

Quadro 13 - Análise de resultados obtidos na Questão n.º 11

Entrevistado (a)	Expressões chave
1	“a maximização é com os meios possíveis e os meios possíveis que a GNR tem a este nível é sobretudo meios humanos. Meio humanos muito bons, muito dispersos, em termos de informação e recolha é excepcional portanto se calhar penso que deveria haver uma maior sensibilização dentro da GNR para esta área por forma a que não só estivessem mais atentos mas também soubessem à partida que tipo de passos deveriam dar quando se deparam com situações deste género e de que forma é poderiam ser uma parte ativa e cooperar com quem tem competências de investigação nesta área (...) Sem dúvida nenhuma parece-me que era uma das mais-valias que a GNR podia dar. Até pela dispersão em território nacional, pelos contactos de situações de rua, mas de situações com o terreno que têm.”
2	“ocorre-me apenas uma palavra que é a formação (...) A formação interna e depois interagir com as comunidades em que a Guarda está presente, fazendo passar a mensagem, de abertura, sensibilidade para o fenómeno, capacidade de resposta e de presença e de mostrar resultados que permitam criar a confiança de que quando quem está envolvido num problema, sabe com quem pode contar (...) a Guarda tem-no feito, por exemplo na parte curricular, na Escola da Guarda em Queluz, o SEF tem colaborado nesta matéria, tem sensibilizado os futuros Guardas e os restantes militares...”
3	“A GNR tem muita gente (...) A GNR tem gente em praticamente todas as aldeias do país. E de maneira que isso é extremamente vantajoso, o facto de haver proximidade (...) A GNR tem essa grande vantagem, tem muita gente e se as pessoas estiverem sensibilizadas a informação é enorme.”
4	“Se toda a informação que a GNR recolhesse, fosse de um auto de um acidente rodoviário, fosse por uma multa por excesso de velocidade, fosse por uma viatura que está mal estacionada, normalmente está associada uma matrícula e a essa matrícula um indivíduo. Se tudo isso fosse colocado no mesmo sistema de informações, isso ia beneficiar todas as polícias, não só na investigação do TSH, mas também em todas as outras. (...) toda essa capacidade de recolha de informação e todos esses papéis que são produzidos diariamente pela GNR iam estar ao dispor da investigação criminal de todas as polícias (...) toda essa capacidade de recolha de informação e todos esses papéis que são produzidos diariamente pela GNR iam estar ao dispor da investigação criminal de todas as polícias e isso ia ser bom e fundamental para todos. (...) Quanto aos outros meios é fazer aquilo que têm feito até hoje, tê-los prontos e disponíveis com os contactos distribuídos por todas as polícias e cada vez que é preciso os mergulhadores da GNR, as equipas cinotécnicas, as operações especiais, o pessoal dos explosivos, é continuar essa parte que funciona muito bem.”
5	“Começar por prestar atenção e eu acho que se calhar o primeiro passo deve ser conseguir que a nível local, mesmo nos locais mais pequeninos, os Comandantes de Posto estejam sensibilizados e que internamente transmitam a ideia, ou que haja uma equipa que consiga fazer esse trabalho a nível distrital, de ir e sensibilizar o pessoal que trabalha em cada um dos postos.”
6	“A formação, consciencialização e sensibilização dos militares, eu começaria por aí.”

7	<p>“Eu acho que é fundamental para começar que as pessoas tenham consciência do fenómeno. (...) deveria haver uma ação de formação mais intensiva a todo o dispositivo. (...) muitas vezes a própria ação policial vai no sentido de detetar a informação perante a pessoa que tem à frente e não ver um pouco mais longe e eu acho que essa perceção não existe muitas vezes no nosso efetivo e era importante trabalhar isso, e só se consegue com formação. (...) se falarmos num âmbito específico aí podemos falar nos NIAVES e mesmo no próprio pessoal dos NICS, eu acho que esses já têm uma obrigação de ter uma perceção maior sobre o fenómeno. Agora mesmo o próprio patrulheiro e o militar que está no terreno deveria ter uma perceção maior, mas essa perceção só se consegue com formação. (...) O NIAVE ouve as vítimas, mas a partir do momento que se deteta que é uma vítima de tráfico, o papel deve ser só apoiar até chegar o OPC competente”</p>
8	<p>“Nós na parte da estrutura de investigação criminal, são aqueles que muitas vezes por irem fazer o contacto com os arguidos e suspeitos dos crimes, porque muitas das vezes estes casos começam por uma simples deteção ou por um grupo que anda em pequenos furtos, ou alguém a explorar menores para a mendicidade, ou numa exploração devido às condições de trabalho, ou com algum desacato que envolveu estrangeiros ou houve alguém que denunciou uma situação anormal em determinada propriedade.</p> <p>Portanto isto começa por duas vias. Ou pelo pessoal do serviço normal, da territorial, que vai a determinado local para fazer a fiscalização e que tem que ter a formação mínima para detetar e saber perceber os indícios que podem levar a crer que a questão não é tão simples como isso. Outra situação quando há deteção logo desses crimes, uma fiscalização a um bar de alterne, indivíduos que são detidos numa operação desse tipo e o pessoal que vai lidar com eles é o pessoal da investigação criminal, que estão mais bem preparados porque já têm outra formação e que tem que perceber quando estão a lidar com os suspeitos, com as testemunhas, onde é que poderá haver ali algum indício que poderão estar perante algo mais grave.</p> <p>Tem vindo a melhorar, mas ainda falta muito para fazer, até porque grande parte da estrutura de investigação criminal ainda não tem formação adequada. Tem vindo a melhorar nos últimos anos, mas ainda há um trabalho longo para fazer.”</p>
9	<p>“É também na partilha desta mesma informação e numa partilha que nem sempre poderá ser depois muito agradável na medida em que depois não podem conduzir a investigação. Recolhem os elementos, trabalharam no terreno e depois têm que a transmitir a terceiros e isso nem sempre é muito agradável. A questão da uma melhor formação neste âmbito também é importante”</p>

Análise da questão n.º 11: As palavras-chave nesta questão são a formação e sensibilização do efetivo. É necessário que os militares vejam e encarem as situações do quotidiano mais além, para que possam efetivamente perceber se estão perante uma situação de TSH e saberem o que fazer. O NIAVE (Núcleo Investigação e Apoio à Vítima Específica) também poderia ser rentabilizado por forma a recolher da vítima as informações no primeiro contacto desta com as autoridades.

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

5.1 Verificação de Hipóteses

Após a exposição, quer no capítulo 2, quer no capítulo 3, é então agora oportuno a validação ou refutação das hipóteses colocadas inicialmente.

H1: O TSH assume proporções alarmantes em Portugal.

O TSH não tem ultrapassado a centena de vítimas anualmente, pelo que as proporções não se consideram alarmantes. Hipótese não validada.

H2: O crime de TSH é uma prioridade das FFSS em relação a outros crimes.

Deve ser uma prioridade no sentido em que este é um crime extremamente grave e que põe em causa a dignidade da pessoa humana. No entanto, este é um crime que assume um número reduzido nas estatísticas para que seja uma preocupação e uma prioridade face aos demais crimes que ocorrem em território nacional. Hipótese parcialmente validada.

H3: O trabalho desenvolvido pelas FFSS no seu combate é suficiente.

Regra geral, o trabalho tem sido adequado. Contudo é necessário haver uma maior sensibilização das diversas entidades envolvidas para evitar que algumas condenações sejam enquadradas em outros crimes conexos. Hipótese parcialmente validada.

H4: Os crimes mais relevantes, conexos com o TSH, do ponto de vista operacional e de investigação são o lenocínio e o auxílio à imigração ilegal.

Os crimes conexos mais relevantes são o lenocínio, auxílio à imigração ilegal, mas também outros crimes como o tráfico de estupefacientes, utilização de menor na mendicidade, furto, entre outros. Hipótese parcialmente validada.

H5: Afigura-se relevante, no âmbito da SN, que a GNR tenha como atribuição o combate ao TSH em TN.

A GNR depara-se diariamente com um vasto leque de crimes para os quais tem competência exclusiva pelo que, inserir este crime nas suas competências não seria relevante e, por ventura, vantajoso. Hipótese não validada.

H6: A GNR está vocacionada para o combate ao TSH.

Os meios e recursos humanos e materiais são adequados e estão devidamente preparados para o combate ao TSH. A preparação e sensibilização do efetivo para o fenómeno tem sido uma preocupação, daí que o contacto com o fenómeno tenha sido introduzido na formação. Hipótese validada.

H7: A GNR tem um papel importante na deteção de possíveis vítimas.

A dispersão territorial bem como a função que assume como polícia de proximidade, faz da GNR uma força extremamente importante e fundamental na deteção de possíveis vítimas de TSH. Hipótese validada.

H8: A GNR colabora efetivamente com outros OPC's no combate ao TSH.

A cooperação e coordenação efetivamente existem, nomeadamente ao nível do terreno ou com a criação de equipas mistas. De facto, neste âmbito há um bom entendimento e colaboração, que têm vindo a melhorar e a verificar-se cada vez mais. Hipótese validada.

5.2 Conclusões

Este trabalho foi orientado e conduzido para responder à PP e consequentes PD's, anteriormente referidas no capítulo 1 e atingindo assim os objetivos.

A primeira pergunta derivada a que se pretende responder é: **“Qual o enquadramento legal que legitima a GNR como Força de Segurança, vocacionada para o combate ao TSH?”**. A competência que os OPC's têm para investigar determinado crime vem definida na LOIC, como tal, compete ao SEF e à PJ a investigação deste crime. No entanto, todos os OPC's que tenham conhecimento de um crime que não é da sua competência devem comunicar a quem compete e podem assegurar a manutenção dos meios de prova, bem como dar início a algumas diligências. A GNR, uma das primeiras forças a que as pessoas recorrem, é responsável pela sinalização de possíveis vítimas, através do preenchimento dos GUR's.

A segunda pergunta que se pretende responder é: **“Que dimensões assume o TSH em Portugal?”**. As dimensões do TSH em Portugal não são preocupantes. O número de vítimas não atinge a centena de vítimas, de acordo com os relatórios anuais. Contudo, este é um crime muito grave que pode arruinar vidas, e tendo em conta que este não é um crime facilmente perceptível num primeiro contacto, leva a crer que existem muitos mais casos dos que os dados estatísticos apontam.

A terceira pergunta que se procurou responder é: **“Que crimes estão associados ao TSH?”**. Os crimes por norma associados ao TSH são: o lenocínio, o auxílio à imigração ilegal, tráfico de estupefacientes, utilização de menores na mendicidade, furto, rapto, sequestro, falsificação de documentos, escravidão, burla, branqueamento de capitais, casamentos por conveniência, coação, ofensa à integridade física, maus tratos, segurança ilegal.

A quarta pergunta que é necessário responder é: **“Os recursos humanos e materiais afetos à GNR estão adequados para o combate ao TSH em TN?”**. A GNR dispõe de um grande efetivo. Este efetivo tem sido alvo de ações de sensibilização e de formação nos quais este fenómeno é abordado. Os recursos de que dispõe são excelentes e podem desempenhar um papel extremamente importante para o combate ao TSH, sobretudo quando se fala em sinalizar, em descobrir possíveis vítimas. A GNR dispõe ainda de unidades, nomeadamente a Unidade de Controlo Costeiro e a Unidade de Intervenção que devido aos seus meios próprios e característicos representam uma mais-valia.

No que diz respeito à quinta pergunta pretendeu-se responder a: **“Que tipo de cooperação e coordenação existe entre a GNR e as demais FFSS, no combate ao TSH?”**. A cooperação/coordenação que predomina quando se fala em TSH, é algo pontual, ao nível do terreno, ou através de equipas mistas e funciona, em grande parte, devido às boas relações que se estabelecem entre as pessoas que estão no terreno. A um nível institucional, poderia funcionar melhor uma vez que a cooperação/coordenação não tem passado por aí.

Por fim, a sexta e última pergunta: **“Qual a importância da “troca de informação” entre a GNR e as demais FFSS, no combate ao TSH?”**. A “troca de informação” é de extrema importância visto que este crime pode assumir um carácter itinerante, e é importante que seja rápida e efetiva. Duas das formas sob as quais se pode materializar é através de um sistema único de informações ou um sistema de informações que fosse partilhado entre as FFSS, e através de equipas mistas.

Como foi anteriormente referido estas perguntas e respetivas respostas, foram criadas com o intuito de dar a resposta à PP: **“Está a GNR devidamente estruturada e dotada dos recursos humanos e materiais para exercer cabalmente as competências que lhe estão conferidas por lei, no combate ao TSH?”**. É possível afirmar com certeza, que sim. A GNR mais do que tudo assume um papel de inabalável importância no exercício das competências que lhe estão conferidas por lei, pois pode sinalizar os

possíveis casos, através do dispositivo territorial em território nacional. Está dotada um vasto efetivo e é detentora de uma área territorial que lhe permitem ter um grande contacto com a população e colher informações importantes, inclusive no âmbito da investigação criminal.

5.3 Recomendações / Propostas

De seguida irão ser enumeradas algumas recomendações/propostas que traduzem aspetos a melhorar e que podem contribuir para uma maior otimização daquilo que é o papel da GNR no combate ao TSH. Propõem-se então as seguintes medidas:

1. Por forma a combater os baixos números de vítimas sinalizadas que com certeza não espelham a realidade nacional, deve haver uma maior sensibilização para que o efetivo esteja alerta e desperto para possíveis casos de TSH na sua zona de ação.

2. Para combater o baixo número de condenações, que tendem por vezes a ser enquadradas em outros crimes conexos, deve haver um esforço no sentido de conduzir toda a ação, desde a sinalização à condenação de uma forma consistente e sem haver margem para erros.

3. A cooperação/coordenação ao nível institucional carece de otimização nomeadamente no que concerne à troca de informação e operacionalidade, à coordenação e cooperação em atividades conjuntas.

4. Conceber e potenciar a utilização de um “Sistema de Informação” integrado e centralizado pois, só desta forma se torna possível a racionalização dos meios e a otimização da informação.

5. A criação de equipas mistas que atuem no terreno, designadamente nas zonas de maior incidência desta tipologia de crimes, e quando diligências de âmbito criminal se tornem necessárias em prol da segurança nacional, pode ser extremamente benéfica para combater este fenómeno de uma forma mais eficaz.

6. Não se afigura relevante que a GNR assuma competências de investigação no que concerne ao TSH. No entanto deverá existir, para o combate ao TSH, uma adequada coordenação a nível nacional e uma boa partilha de informações entre a GNR e as demais FFSS, desde que tal se torne necessário.

7. A GNR dispõe de unidades dotadas de recursos humanos com formação adequada e materiais específicos que podem ser empregues no combate a este fenómeno e tornar o seu combate mais eficaz.

8. O NIAVE pode ser rentabilizado de modo a recolher informações importantes por parte da vítima num primeiro contacto que esta possa estabelecer com as autoridades.

Bibliografia

Livros:

Albano, M. (2010). O Combate ao Tráfico de Seres Humanos em Portugal 2007-2010. In Fogaça, C. (Coord.), *Tráfico Desumano*. (Edição Cadernos da Administração Interna, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania).

Guia, M. (2010). *Imigração e Criminalidade Violenta: mosaico da reclusão em Portugal*. Coleção Migrações Século XXI, nº 5. (Edição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Observatório do Tráfico de Seres Humanos (2013). *Mendicidade Forçada – A Face Invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral*. (1ª Edição)

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008). *Campanha Contra o Tráfico de Seres Humanos: Não estás à venda*. Coleção Migrações Século XXI, nº2. (Edição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2010). *Testemunhos de Tráfico de Seres Humanos. Caso Nicolae*. Coleção Migrações Século XXI, nº 7. (Edição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sousa, M. e Batista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: Lidel – edições técnicas, lda.

Teixeira, M. (2010). Tráfico de Pessoas, da Percepção Social à Realidade Policial. In Fogaça, C. (Coord.), *Tráfico Desumano*. (Edição Cadernos da Administração Interna, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania).

Wrabetz, J. (2010). A Cooperação Internacional na Prevenção do Tráfico de Seres Humanos. In Fogaça, C. (Coord), *Tráfico Desumano*. (Edição Cadernos da Administração Interna, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania).

Revistas e trabalhos académicos:

Baleizão, R. (2010). *A segurança nacional e os sistemas de informação*, Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Guerra da Informação. Academia Militar, Lisboa.

Mendes, P. (2008). *Tráfico de Pessoas*. Revista do CEJ, nº 8, 1º Semestre de 2008.

Patto, P. (2008). *O crime de tráfico de pessoas no Código Penal Revisto – Análise de algumas questões*. Revista do CEJ, nº 8, 1º Semestre de 2008.

Documentos da Internet:

Carneiro, R. (Coord.) (2005). *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*. Retirado em: abril, 30, 2013, de http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_12.pdf

Costa, J. (2011). *Tráfico de Seres Humanos*. Retirado em: março, 13, 2013, de http://www.verbojuridico.com/doutrina/2011/joanacosta_traficosereshumanos.pdf

EUROSTAT (2013). *Trafficking in human beings*. Retirado em: abril, 28, 2013, de: http://ec.europa.eu/anti-trafficking/entity.action?path=EU+Policy%2FReport_DGHome_Eurostat

Kellen, J. (2005). *A investigação do auxílio à imigração ilegal e criminalidade conexa – a experiência do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*. Retirado em: março, 13, 2013, de <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200505.pdf>

Gabinete do Secretário-Geral de Segurança Interna (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna 2012*. Retirado em: abril, 19, 2013, de: http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf

Neves, M. e Pedra, C. (2012). *A Proteção dos Direitos Humanos e as Vítimas do Tráfico de Pessoas – Rotas, Métodos, Tipos de Tráfico e Setores de Atividade em Portugal*. Retirado em: maio, 27, 2013, de <http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/PROJETO%20POAT%20E2%80%93FSE%20N%C2%BA%20170402009%20-%20Estudo.pdf>

Observatório do Tráfico de Seres Humanos (2010). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos 2009*. Retirado em: maio, 27, 2013, de

<http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20portugues%281%29.pdf>

Observatório do Tráfico de Seres Humanos (2011). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos 2010*. Retirado em: maio, 27, 2013, de

http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Relatorio%20Anual%20de%20Seguranca%20Interna%202010_vf.pdf

Observatório do Tráfico de Seres Humanos (2012). *Relatório sobre Tráfico de Seres Humanos 2011*. Retirado em: maio, 27, 2013, de

http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH%20Relatorio%20Final%20TSH%202011_11_setembro.pdf

Observatório do Tráfico de Seres Humanos (2013). *Relatório Anual de Tráfico de Seres Humanos 2012, Atualização dos dados do RASI*. Retirado em: maio, 27, 2013, de

http://www.otsh.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/OTSH_Relatorio_Anual_TSH_vII.pdf

Peixoto, J. e Soares, A. (2005). Conclusão. In Carneiro, R., (Coord.), *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*. Retirado em: abril, 30, 2013, de http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_12.pdf

Pereira, S. (2005). Capítulo V – Tráfico de Mão-de-obra. In Carneiro, R. (Coord.), *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*. Retirado em: abril, 30, 2013, de

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_12.pdf

Pereira, S., Sabino, C. e Murteira, S. (2005). Estado da Arte. In Carneiro, R., (Coord.), *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*. Retirado em: abril, 30, 2013, de

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_12.pdf

Santos, B., Gomes, C. e Duarte., M. (2009). *Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação*. Retirado em: março, 11, 2013, de: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/RCCS%2087_Tr%C3%A1fico%20sexual%20de%20mulheres_2009.pdf

Santos, B., Gomes, C., Duarte, M. e Baganha, M. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Retirado em: março, 11, 2013, de: <http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/TSH/ESTUDOTRAFICOMULHERESPTFINSEXPL.PDF>

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2011). *The Age and Sex of Migrants 2011 Wallchart* (United Nations Publication, Sales no.12.XII.2), retirado em: julho, 4, 2013 de:

http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/migration/age-sex-migrants-wallchart_2011.pdf

United Nations Office of Drugs and Crime (2011). *Estimating Illicit Financial Flows Resulting from Drug Trafficking and other Transnational Organized Crimes*.

Retirado em: julho, 16, 2013, de

http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Illicit_financial_flows_2011_web.pdf

Legislação e outros documentos:

Assembleia Geral das Nações Unidas (2000). Resolução 55/25, anexo III, adotada a 15 de novembro.

Assembleia Geral das Nações Unidas (1948). Resolução 217A (III), de 10 de dezembro.

Assembleia da República (1998). Lei nº65/98 de 2 de setembro. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 202, 4572-4578.

Assembleia da República (2001). Lei nº 99/2001, de 25 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 197, 5450-5451.

Assembleia da República (2002). Resolução nº 3/2002, de 18 de janeiro. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 15, 362-431.

Assembleia da República. (2004). Resolução nº 32/2004 de 2 de abril. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 79, 2080-2106.

Assembleia da República. (2006). Lei nº 17/2006 de 23 de maio. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 99, 3462-3463.

Assembleia da República (2007). Lei nº 23/2007 de 4 de julho. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 127, 4290-4330.

Assembleia da República (2007) Lei nº 48/2007 de 29 de agosto. *Diário da República*. 1ª Série, nº 166, 5844-5954.

Assembleia da República. (2007). Lei nº 51/2007 de 31 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 168, 6057-6061.

Assembleia da República (2007). Lei nº 59/2007, de 4 de setembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 170, 6181-6258.

Assembleia da República. (2007). Lei nº 63/2007 de 6 de novembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 213, 8043-8051.

Assembleia da República. (2008). Lei nº 49/2008 de 27 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 165, 6038-6042.

Assembleia da República. (2008). Lei nº 53/2008 de 29 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 167, 6135-6141.

Assembleia da República. (2009). Lei nº 38/2009 de 20 de julho. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 138, 4533-4538.

Academia Militar (2011). NEP n.º 520/DE, de 30 de junho. *Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) e outros trabalhos de investigação*.

Conselho de Ministros (2010). Resolução nº 94/2010 de 29 de novembro. *Diário da República*. 1ª Série, nº 213, 5372-5379.

Conselho Europeu (2002). Decisão-Quadro 2002/629/JAI de 19 de julho de 2002. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. L203/1.

Grupo Parlamentar (2013). Projeto de Lei n.º 427/XII, de 17 de junho.

Ministério da Administração Interna (2008). Decreto-Lei n.º 229/2008 de 27 de novembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 231, 8538-8540.

Ministério da Justiça (1982). Decreto-Lei nº 400/82 de 23 de setembro. *Diário da República*, 1ª Série, nº 221, 3006 (3)- 3006 (72).

Ministério da Justiça (1995). Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de março. *Diário da República*, 1ª Série-A, nº 63, 1350-1416.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2007). Decreto-Lei n.º 13/2007, de 13 de julho. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 134, 4432-4436.

Observatório do Tráfico de Seres Humanos (2012), *Tráfico de Seres Humanos. Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo*. Edição Cadernos da Administração Interna, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania.

Parlamento Europeu e Conselho (2011). Diretiva 2011/36/UE de 5 de abril de 2011. *Jornal Oficial da União Europeia*. L 101/1.

Parlamento Europeu e Conselho (2012). Diretiva 2012/29/EU de 25 de outubro de 2012. *Jornal Oficial da União Europeia*. L315/57.

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças.

Sítios da Internet:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/about_eurostat/introduction

http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/l33188_pt.htm

[http://www.gnr.pt/default.asp?do=0z7zr/Qv5215v6v81,](http://www.gnr.pt/default.asp?do=0z7zr/Qv5215v6v81)

<http://www.interpol.int/>

<http://www.sirene.sef.pt/intro.html>

Apêndices

Apêndice A
Guião das entrevistas



ACADEMIA MILITAR

**O Papel da GNR no combate ao Tráfico de Seres Humanos em
território nacional**

Entrevista

Autor: Aspirante GNR Infantaria Ismael de Jesus Salvador

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira V. Baleizão

Coorientadora: Mestre Maria João Ferreira Duarte da Guia

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho 2013

No decorrer da realização deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada surge a necessidade de realizar investigação de campo por forma a conseguirmos responder às questões inicialmente colocadas.

Esta dita investigação, feita sob a forma de entrevistas visa analisar a perceção que entrevistados de várias instituições têm em relação ao TSH, à sua dimensão, ao trabalho desenvolvido no que concerne à cooperação/coordenação entre as mesmas e o papel específico da GNR ao combate deste.

Por forma a validar e enriquecer cientificamente este trabalho, foram entrevistadas individualidades que lidam e se deparam diariamente com esta realidade e que têm um vasto conhecimento nesta área.

Antes de iniciarmos gostaria de saber se tem alguma questão a colocar acerca desta entrevista?

Tem algum impedimento quanto ao facto desta entrevista ser gravada e usada neste Trabalho que me encontro a desenvolver?

Questões

1. Que proporções é que o TSH atinge a nível nacional?
2. O Sistema Nacional de Segurança Interna e de Cooperação Internacional no combate ao TSH, mostra-se eficaz e eficiente?
3. Considera que o trabalho desenvolvido (operacional e de investigação) no seu combate é proporcional à sua dimensão?
4. Quais os crimes conexos com o TSH, com maior relevo do ponto de vista operacional e de investigação?
5. Que importância, como órgão de polícia criminal, assume a GNR (ou pode assumir) no âmbito do combate ao TSH?
6. Acha que a GNR dispõe de meios/recursos que permitam colaborar no combate ao TSH?
7. Considera que seria relevante a GNR ter competências que lhe permitissem participar de forma ativa (ex: desenvolver ações de investigação) no combate ao TSH?
8. Que cooperação/coordenação é que existe entre as várias FFSS no que diz respeito ao TSH? Acha que essa coordenação é eficaz?
9. Esta cooperação/coordenação poderia envolver a GNR e as outras FFSS?
10. De que forma é que esta cooperação/coordenação se poderia materializar?
11. Que maximização poderia existir em termos da utilização do material humano e técnico da GNR na maior cooperação ou combate efetivo ao Tráfico de Seres Humanos?

Anexos

Anexo A

Definição de TSH

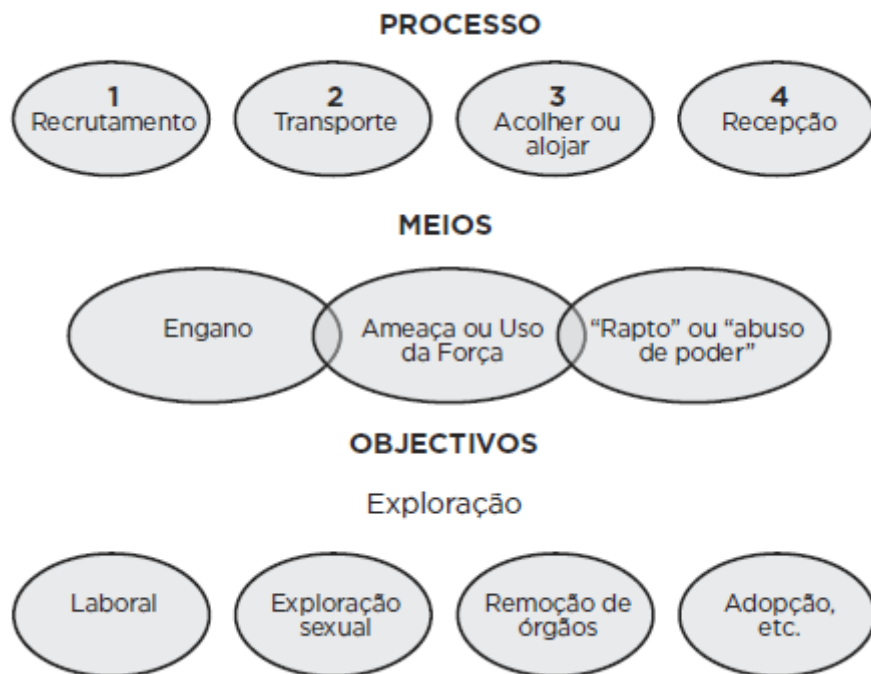


Figura 1 - Definição de TSH

Fonte: (Teixeira, 2010, p.56)